

Silvana Maria Aparecida Viana Santos - Jéssica Marinho Medeiros
Monique Bolonha das Neves Meroto - Rodi Narciso

Impactando através da disseminação acadêmica: perspectivas e transformações

1º Edição



EDITORA FOCO
2023

**Silvana Maria Aparecida Viana Santos
Jéssica Marinho Medeiros
Monique Bolonha das Neves Meroto
Rodi Narciso**



**Impactando através
da disseminação acadêmica:
Perspectivas e transformações**

1º Edição

**Editora Foco
2023**

Copyright®

Editora Foco

Copyright do Texto® 2023

Os autores

Copyright da Edição® 2023

Editora Foco

Diagramação

Sabrina Binotti Alves

Edição de Arte

Sabrina Binotti Alves

Revisão

Os autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos a autora, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Editor Chefe

Christian Scapulatempo Strobel

Conselho Editorial

Angel Sanchez Hernandez

Claudimar Pereira da Veiga

Giuliana Strambi

Christian Luiz da Silva

Leonardo Pastorino

Roberto Ari Guindani

Ubiratã Tortato

Ludivine Petetin

Murilo Martins de Andrade

Paulo Ferreira da Cunha

Antonio Gonçalves de Oliveira

Pierre Guibentif

Márcio Fontana Catapan

Rute Saraiva

Sitewww.focopublicacoes.com.br**E-mail**ebooks@focopublicacoes.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Impactando através da disseminação acadêmica [livro eletrônico]: perspectivas e transformações / organização Silvana Maria Aparecida Viana Santos...[et al.]. -- São José dos Pinhais, PR : Editora Foco, 2023.PDF

Outros organizadores: Jéssica Marinho Medeiros, Monique Bolonha das Neves Meroto, Rodi Narciso.

ISBN: 978-65-982213-1-7

DOI: 10.54751/edfoco.978-65-982213-1-7

1. Divulgação científica 2. Educação 3. Gestão escolar 4. Pedagogia 5. Pesquisas acadêmica I. Santos, Silvana Maria Aparecida Viana. II. Medeiros, Jéssica Marinho. III. Meroto, Monique Bolonha das Neves. IV. Narciso, Rodi.

23-184892

CDD-001.4



ORGANIZADORES

Silvana Maria Aparecida Viana Santos

<https://lattes.cnpq.br/1090477172798637>

<https://orcid.org/0009-0005-4785-848X>

Jéssica Marinho Medeiros

<http://lattes.cnpq.br/3305560539496000>

<https://orcid.org/0009-0003-2851-8100>

Monique Bolonha das Neves Meroto

<https://lattes.cnpq.br/5094142515827988>

<https://orcid.org/0009-0006-8506-1188>

Rodi Narciso

<https://lattes.cnpq.br/7973576620739898>

<https://orcid.org/0009-0003-7303-2150>

APRESENTAÇÃO

A disseminação acadêmica desempenha um papel crucial na criação de impacto na sociedade. Ela permite que os pesquisadores compartilhem seus conhecimentos, descobertas e perspectivas com uma audiência mais ampla, contribuindo para o avanço do conhecimento e o desenvolvimento de soluções para os desafios que enfrentamos.

Salientamos que a disseminação acadêmica desempenha um papel fundamental na promoção do impacto e na transformação da sociedade, permitindo que os pesquisadores compartilhem conhecimentos e influenciem diferentes setores.

No capítulo um, “As Ferramentas Digitais Na Gestão Escolar: Possibilidade de uso para diagnóstico e acompanhamento”, objetivou-se investigar como o uso das ferramentas digitais contribuíram no processo da gestão escolar, sendo assim, foi analisado uma proposta do uso da plataforma Google Docs através de questionário destinado a comunidade escolar.

No capítulo dois, “Avaliando O Uso Das Tecnologias Digitais Na Educação: Uma Análise Qualitativa Das Abordagens Disciplinares, Modelos E Experiências Docentes”, nos trouxe o objetivo principal foi investigar por que e para que são utilizar mídias digitais para o ensino e foram estabelecidos como objetivos específicos o estudo dos tipos de mídias digitais que estão sendo utilizadas na atualidade; as divergências para distintas áreas do saber; escolha e desenvolvimento de um modelo de mídia ou linguagem visual para uma prática docente e por fim, relato de experiência sobre o uso de mídias digitais.

No capítulo três, “A Cultura Digital Na Base Nacional Curricular Comum (Bncc): Perspectivas E Desafios, discutiu-se a concepção de cultura digital explicitada na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e foi analisado o fundamento pedagógico e a estrutura desta.

O capítulo quatro, “Utilização Do Youtube Como Plataforma De Ensino E Aprendizagem E Preparação Para Concursos Públicos Das Carreiras Educacionais” trouxe-nos enquanto objetivo investigar como uso da plataforma digital Youtube pode contribuir no processo de ensino e aprendizagem destinado à preparação para concursos das carreiras educacionais.

O capítulo cinco, “A Importância Da Arte Na Educação Nas Séries Iniciais”, através da pesquisa em questão, foi possível observar que o educador pode desenvolver um trabalho com arte, que desperte no aluno o prazer do fazer artístico, interagindo no processo da formação intelectual da criança apresentando a arte como instrumento facilitador da aprendizagem ao possibilitar os desenvolvimentos sociais, cognitivos, físicos e psicológicos.

O capítulo seis, “Educação Especial Na Educação Infantil: Inclusão Na Escola Regular”, traz a luz, como a Educação Infantil exerce papel de suma importância no desenvolvimento da criança, incluindo, logicamente, as com deficiência.

O capítulo sete, “Violência Escolar: Raízes Da Delinquência Winnicottiana Na Escola”, visa apresentar a violência escolar como um reflexo da violência estrutural que se desenvolveu ao longo dos séculos se instaurando na sociedade.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01	1
AS FERRAMENTAS DIGITAIS NA GESTÃO ESCOLAR: POSSIBILIDADE DE USO PARA DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO	
CAPÍTULO 02	20
AVALIANDO O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DAS ABORDAGENS DISCIPLINARES, MODELOS E EXPERIÊNCIAS DOCENTES	
CAPÍTULO 03	31
A CULTURA DIGITAL NA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC): PERSPECTIVAS E DESAFIOS	
CAPÍTULO 04	40
UTILIZAÇÃO DO YOUTUBE COMO PLATAFORMA DE ENSINO E APRENDIZAGEM E PREPARAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS DAS CARREIRAS EDUCACIONAIS	
CAPÍTULO 05	50
A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA EDUCAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS	
CAPÍTULO 06	68
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR	
CAPÍTULO 07	85
VIOLÊNCIA ESCOLAR: RAÍZES DA DELINQUÊNCIA WINNICOTTIANA NA ESCOLA	



CAPÍTULO 01

AS FERRAMENTAS DIGITAIS NA GESTÃO ESCOLAR: POSSIBILIDADE DE USO PARA DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO

Luiz Marcelo Passos

Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciências Sociales (FICS). Redes Municipal e Estadual em Santa Luzia / MG. Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: luizmarcelopassos@gmail.com

Claudia Kreuzberg da Silva

Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciências Sociales (FICS). Secretaria Estadual de Educação (Sed - SC). Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: claudiakreuzberg@gmail.com

Daniela Ribeiro dos Santos

Doutoranda em Ciências da Educação (FICS). Assessora pedagógica das Redes Públicas de Sergipe e Alagoas. Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: den.ensino@gmail.com

Jéssica Marinho Medeiros

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Escola Municipal de Educação Infantil Professora Áurea Melo Zamor (SEMED). 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: jessica_marinho20@hotmail.com

José Felipe de Souza Pinheiro

Mestre em Tecnologia Emergentes em Educação pela Must University (MUST) – Flórida. Secretaria de Educação e Desportos do Estado do Amazonas. 1960. NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: jose.felipe.pinheiro@seducam.pro.br

Lucelena Maria Fernandes

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Emílio Oscar Hülle” (SEDU). 1960 NE 5th Ave, Boca Rato, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: lucelenamf@hotmail.com

Monique Bolonha das Neves Meroto

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST) – Flórida. Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “José Pinto Coelho” (SEDU). 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: moniquebolonha@gmail.com

Sibele Selvina de Oliveira Rodrigues Moniz

Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciências Sociales (FICS). 1ª Coordenadoria Regional de Educação - CRE, Porto Alegre - RS. Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.
E-mail: sibele.moniz@hotmail.com

RESUMO: O artigo objetiva investigar como uso das ferramentas digitais podem contribuir no processo da gestão escolar. Para tanto, foi analisado uma proposta do uso da plataforma Google Docs na aplicação de um questionário destinado a comunidade escolar como um todo, incluindo-se professores, gestores, alunos, profissionais da escola e comunidade escolar. Descreve-se como as informações podem ser coletadas através da interação e acompanhamento do trabalho da equipe técnico-pedagógica que compõe a gestão escolar. Para tanto, foi construído um questionário com escala likert, abrangendo os seguintes temas: estrutura física, professor, aluno, conteúdo escolar, escola e gestão escolar. A legislação e a literatura que trata da gestão escolar democrática foi apresentada e, ainda, discute-se os princípios que reforçam a necessidade da formação para a cidadania e a escola como um espaço fundamental para sua configuração. A análise do questionário e da literatura sobre o assunto apontam que o uso da ferramenta digital potencializa a comunicação entre os atores que compõem a instituição escolar, contribui para se realizar o diagnóstico e acompanhamento do trabalho educativo e possibilita a democratização da gestão.

PALAVRAS-CHAVE: Ferramentas Digitais; Gestão Escolar; Planejamento. Democracia.

ABSTRACT: The article aims to investigate how the use of digital tools can contribute to the institutional evaluation process. To this end, a proposal was analyzed for the use of the Google Docs platform in the application of a questionnaire aimed at the school community as a whole, including teachers, managers, students, school professionals and the school community. It describes how information can be collected through interaction and monitoring of the work of the technical-pedagogical team that makes up school management. To this end, a questionnaire with a Likert scale was constructed, covering the following topics: physical structure, teacher, student, school content, school and school management. The legislation and literature dealing with democratic school management was presented, and the principles that reinforce the need for training for citizenship and the school as a fundamental space for its configuration are also discussed. The analysis of the questionnaire and the literature on the subject point out that the use of the digital tool enhances communication between the actors that make up the school institution, contributes to carrying out the diagnosis and monitoring of educational work and enables the democratization of management.

KEYWORDS: Digital tools; School management; Planning; Democracy

1. INTRODUÇÃO

A avaliação institucional tem como objetivo verificar os avanços e demandas necessárias para a prestação de um serviço de qualidade. Ela acontece em todos os setores, com características diferenciadas de acordo com a natureza do trabalho realizado. No contexto educacional que é, em sua prática, complexo e dinâmico é um processo desafiante. Neste sentido, o uso das ferramentas digitais pode contribuir, tanto no processo de planejamento e acompanhamento pedagógico, quanto, nas práticas democráticas em que os diversos atores que compõem a comunidade escolar tem a oportunidade de serem ouvidos.

Partindo destas premissas, foi construído um questionário que objetiva compreender a percepção de membros da comunidade escolar sobre as seguintes categorias: estrutura física, professor, aluno, conteúdo escolar, escola e gestão escolar. A metodologia utilizada incluiu pesquisa bibliográfica sobre a gestão democrática e as ferramentas digitais. Além disto, apontamos quais seriam as categorias que seriam uteis para compreender a visão da comunidade escolar sobre a escola.

Assim, a parte teórica do trabalho incluiu os princípios legais da gestão democrática na escola que foram discutidos na primeira parte do trabalho. O conceito de ferramenta digital e o seu uso no ambiente escolar, foi apresentado na segunda seção. Por fim, o questionário é apresentado e suas categorias discutidas.

2. A CONTRIBUIÇÃO DAS FERRAMENTAS DIGITAIS PARA A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

2. 1 Gestão escolar democrática

A Gestão Democrática significa gerir a educação democraticamente, ou seja, a participação coletiva e ela é obrigatória desde 1988, com a promulgação da nossa Constituição Federal (CF 1988): “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:(...) VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.”

A gestão democrática está prevista apenas para o ensino público. Interessante notar que ela se aplica ao “ensino” e não somente à escola, amplia, portanto, a área de atuação, incluindo, além das escolas, o Ministério da Educação, Secretarias de Educação e quaisquer outros Órgãos relacionados com a educação.

Como vimos a Lei nº 9394/96 traz orienta em alguns artigos sobre a Gestão democrática: “

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
(...)

VIII – **gestão democrática** do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da **gestão democrática** do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da **gestão democrática**, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. (grifo nosso), (Brasil, 1996, grifo nosso)

O artigo 14 traz dois princípios importante: a da necessidade de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico e da instituição de Conselhos Escolares com participação coletiva. O Conselho Escolar é deliberativo, consultivo e fiscal e serve para criar mecanismos que efetivem a gestão de forma colegiada, envolvendo a comunidade escolar e os setores da escola. É formado por alunos, professores, pais ou responsáveis, pedagogos, diretores e comunidade externa. Assim, o funcionamento da escola, as tomadas de decisão, planejamento, execução e acompanhamento tanto administrativas, quanto pedagógicas seriam efetivadas com o envolvimento da comunidade.

O Plano Nacional de Educação também trata da gestão democrática:

Art. 2º São diretrizes do PNE: (...) VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade. Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à

comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (Brasil, 2001).

No artigo 2º a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública é uma diretriz do PNE. O artigo 9º afirma que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão disciplinar na legislação a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

O Plano Nacional de Educação vigente (2014-2024) possui metas a serem alcançadas até 2024, dentre as quais consta a meta 19 que afirma que prazo de 2 anos, ou seja, também até 2016, sua efetivação no âmbito das escolas públicas. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNGEB) tem um capítulo inteiro (artigos 54 e 55) dedicado ao tema:

Art. 4º As bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com os princípios de: (...) VIII – gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e das normas dos respectivos sistemas de ensino; (Brasil, 2001).

Veja que no artigo 4 a gestão democrática é um princípio de ensino público. A gestão democrática é um instrumento de horizontalização das relações, de vivência e convivência colegiada, contribuindo para a superação do autoritarismo no planejamento, concepção e organização curricular. Ela educa para a consolidação da cidadania plena e fortalece a ação conjunta que busca criar e recriar o trabalho da escola. A horizontalização é condição para a efetividade da democracia!

2.2 Ferramentas digitais

Utilizar as novas tecnologias de forma integrada ao projeto pedagógico é uma maneira de se aproximar da geração que está na escola. Ressalta-se que a tecnologia não é um adorno e é preciso compreender em quais situações ela efetivamente ajuda no aprendizado dos alunos. Neste sentido, é preciso indagar qual a contribuição de determinada tecnologia na atividade. E o que não poderia ser feito sem a tecnologia.

É relevante considerar que existem desafios estruturais quanto ao uso da internet na sala de aula como custos encarecidos para implantação e manutenção dos equipamentos, além de, contratação de profissionais capacitados que estejam disponíveis nas escolas com suporte para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico pautado na utilização de novas mídias e novos recursos didáticos.

Entretanto, é preciso lembrar que a internet faz parte da vida dos alunos e professores de forma irreversível e faz parte do papel da escola oportunizar a sua apropriação de modo crítico e refletido. A facilidade do acesso à informação e as possibilidades de novas formas de interação e comunicação por meio dessas tecnologias configuram novas práticas educativas e novas maneiras de aprender.

Não basta, porém, deixar que os alunos usem a tecnologia em sala de aula. É preciso dominá-la para atribuir novo significado a esse uso. Além de saber operar computadores e desenvolver habilidades básicas, como segurar e movimentar o mouse, ele precisa compreender os objetivos das atividades no computador. Cabe ao professor criar atividades e situações para conduzir os estudantes de acordo com o projeto desenvolvido pela escola e os objetivos educacionais.

O uso das novas tecnologias pode alterar o trabalho do professor, não apenas para preparar o material para aulas, mas para estabelecer uma metodologia diferente e um novo tipo de relação com aluno. Seu uso facilitaria o interesse dos alunos pelos conteúdos, na medida em que aproxima o conteúdo das gerações que hoje estão nos bancos das escolas. É importante lembrar que as tecnologias digitais fazem parte do cotidiano dos alunos. Os alunos já chegam com o pensamento estruturado pela forma de representação propiciada por elas.

Os telefones celulares, também oferecem muitas possibilidades didáticas - o trabalho com fotos, filmagens, mensagens e mesmo com a internet. Proibir o seu uso nas escolas é uma atitude retrógrada (Franco, Porto, 2016). Os celulares são os instrumentos muito populares pela população brasileira. Vetar seu uso na escola não basta.

É preciso criar estratégias para que os celulares sejam incorporados, pois oferecem vários recursos e não custam nada à escola. A proibição só incentiva

o uso escondido e a desatenção na dinâmica da aula. Os alunos, com seu celular, podem fazer o registro daquilo que encontram numa pesquisa de campo. Podem trabalhar textos e fotos e preparar pequenos documentários em vídeo. Isso, entretanto, precisa estar integrado ao conteúdo. A integração do uso das novas tecnologias ao currículo e projetos de trabalho é importante, para que a Internet não se torne só uma diversão, mas configure uma prática educativa que viabilize a pesquisa a troca, discussão e síntese final.

Uma outra possibilidade de uso das novas tecnologias na escola é propor aos alunos pesquisas com objetivos bem específicos, com o monitoramento de cada etapa da busca, com anotações dos dados obtidos e a comunicação dos resultados para a classe (Moran, 2013).

A discussão dos resultados facilita a comparação, a seleção, a organização hierárquica de ideias, conceitos, valores. Ensinar na e com a Internet pode configurar uma prática educativa que facilita o acesso à informação e cria novas possibilidades de interação e democratização da escola. (Barra, 2001). Neste trabalho, apontamos que além de ser uma ferramenta importante na busca do conhecimento, a internet pode favorecer a configuração de uma escola mais democrática com o aumento da participação da comunidade e a escuta das suas demandas e críticas.

2.3 A ferramenta digital como potencializadora de uma gestão democrática

A escola é um local de ensino e aprendizagem de competências que envolvem a configuração de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para o enfrentamento das demandas da vida cotidiana (Brasil, 2018). Helena Antipoff (1975), apresenta outro entendimento da função da escola em nossa sociedade, enfatizando sua dimensão social e política.

A escola civiliza o homem, oferecendo-lhe ambientes novos e formando nele novos hábitos de vida em sociedade. A escola humaniza despertando a consciência e leva o homem a formas superiores de pensamento e de sentimentos. Como instrumento de nacionalização, a escola pública delinea a área física e moral de sua pátria e, unindo os indivíduos em grupos cada vez maiores, dita ao povo seus direitos e deveres de cidadão. (Antipoff, 1975)

O tratamento do processo de ensino e de aprendizagem é configurado por diversos fatores, neste trabalho propomos a utilização de um questionário para

analisar a percepção de alunos, professores, comunidade escolar, funcionários da escola, coordenação e direção acerca: 1) Estrutura física; 2) Professor; 3) Aluno e 4) Conteúdo escolar. Considera-se aqui que estas dimensões da escola potencializam ou dificultam determinadas práticas educativas e constituem o ambiente escolar.

Em relação a estrutura física as perguntas incluíram aspectos relativos à segurança do local, adequação para a faixa etária, qualidade da alimentação servida; limpeza; biblioteca; uso consciente dos recursos; os espaços de lazer e a sala de aula. Vê-se que são aspectos abrangentes que fazem parte e também configura a prática educativa. Uma escola com laboratório favorece determinadas atividades e, pelo contrário, sua ausência, dificulta ou até mesmo as impossibilita.

O professor, sua postura, a forma como trata dos processos de ensino e de aprendizagem, é organizado em relação ao conteúdo e o apresenta em uma linguagem clara e objetiva, facilitando o entendimento dos alunos; a organização das aulas; a qualidade das intervenções; sua capacidade de potencializar o desenvolvimento da curiosidade, cooperação, socialização e criatividade. A ideia é entender se o professor atua como liderança positiva para os alunos.

A postura do aluno; sua expectativa em relação a escola como um lugar que lhe proporcione adquirir habilidades que o ajudem a construir um projeto pessoal; o nível de compreensão dos conteúdos escolares e o comprometimento pessoal com sua formação. Estas questões podem sinalizar a maturidade dos alunos e se a escola representa ser um lugar de formação.

A escolha da ferramenta digital deve considerar os aspectos econômicos, por isto a opção por uma ferramenta de uso livre e que possibilite criar pesquisas e testes. O *Google doc* é uma ferramenta digital que atende a estes critérios. Ele funciona em qualquer navegador da *Web* ou dispositivo móvel, e é possível ver os resultados em tempo real à medida que são enviados. Depois que os dados são colhidos é relativamente simples avaliar as respostas e exportar para o Excel para análise/classificação.

Por ser um dispositivo grátis e de uso simples, ele tem potencial para envolver um número maior de pessoas e no caso da escola, professores, alunos, comunidade escolar, direção, coordenação e funcionários da escola. Neste ponto, a ferramenta digital atua como um facilitador da participação e de gestão.

E, se os resultados da pesquisa forem considerados para mudanças e melhorias na escola, a gestão se torna democrática.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão, para ser democrática, deve promover a participação da comunidade nos processos decisórios. O diálogo e o respeito à opinião destes atores são atitudes imprescindíveis na construção da cidadania. Neste sentido, é preciso, também pensar em quais ferramentas podem facilitar a participação ativa na gestão escolar.

As ferramentas digitais aliadas aos princípios democráticos podem atuar de forma ativa na democratização da gestão pois, potencializa a participação dos profissionais da escola, alunos e comunidade escolar. Compreender a percepção destes atores sobre a escola é uma ação necessária para criar um diagnóstico da realidade escolar e, a partir disto, as possibilidades de intervenção.

Dentre as ferramentas digitais disponíveis, o Google doc, por sua simplicidade no manuseio e custo zero, é apresentada aqui como opção para a implementação de um questionário com questões relativas a percepção das pessoas sobre diversos aspectos da escola. A partir disto, é possível traçar um panorama sobre a escola, seus pontos fortes e fracos.

REFERÊNCIAS

Antipoff, D. I. (1975). Helena Antipoff: sua vida/sua obra. Rio de Janeiro: J. Olympio.

Barra, V. M. da. Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola paulista doséculo XIX. 2001 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília,DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 7ago. 2023

Brasil (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

Brasil (2018). Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC

Franco, Vera Nácia Duarte; Porto, Maria Beatriz Dias da Silva; Almeida, Lidiane Aparecida (2016).. O desafio de inserção das tecnologias digitais na escola básica. Contemporânea. Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.14, dez. 2016.

Plano Nacional de Educação (2001). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, Brasil.

Moran, José Manuel (2013); et al. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. Ed. Campinas, São Paulo: Papirus

APÊNDICE

Questionário sobre a escola

Instruções: Considerando a escala de concordância de 1 a 5, onde 1 representa o nível de menor concordância e o 5 de maior concordância, assinale um “ X” em uma única alternativa que melhor representa sua percepção em relação às questões abaixo. Não deixe nenhuma pergunta sem resposta.

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

1. Qualificação pessoal e profissional (Marcar apenas uma opção).

- Aluno
- Professor
- Comunidade escolar
- Coordenação
- Direção
- Funcionário da escola

2. Sexo (Marcar apenas uma opção.)

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não dizer
- Outro:

Estrutura Física

3. A portaria possui monitoramento de quem entra e sai da escola(Marcar apenas uma opção.)

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

4. É preocupação da escola adequar o acesso da portaria principal e demais dependências da escola para pessoas com algum tipo de necessidades especiais (Marcar apenas uma opção.)

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;

3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

5. A escola possui uma estrutura física adequada, condizente com o número de alunos/funcionários (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

6. Percebo nas instalações da lanchonete/cantina um padrão de higiene e assepsia (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

7. A lanchonete/cantina possui um atendimento de qualidade (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente
2. Discordo
3. Nem concordo, nem discordo
4. Concordo
5. Concordo plenamente

8. A alimentação servida na cantina é apropriada, diversificada e de qualidade (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

9. A limpeza e conservação da cantina atende a demanda da escola (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

10. A estrutura da biblioteca atende às necessidades do processo ensino-aprendizagem (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

11. Como sendo um espaço importante no âmbito escolar, os laboratórios estão em locais estratégicos na escola (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

12. Existe uma preocupação com o consumo consciente de água e material utilizados nos sanitários (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

13. Defino como fundamental os espaços de lazer e recreação dentro da escola (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

14. A estrutura das salas de aula atende ao processo ensino-aprendizagem (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

15. Contribuo para a limpeza e conservação do espaço escolar e promover a conservação dos materiais disponíveis em sala de aula (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;

2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

16. Promover a conservação dos materiais disponíveis em sala de aula (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

18. A sala dos professores é bem localizada, favorece um bom acesso aos professores nos intervalos e é um espaço integrativo que permite o desenvolvimento dos trabalhos do professor (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

PROFESSOR

19. Exerce ações de forma cooperativa visando uma integração com o aluno (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

20. Contribui no processo ensino e de aprendizagem de forma prazerosa e expressando expectativas positivas (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

21. É organizado em relação ao conteúdo e o apresenta em uma linguagem clara e objetiva, facilitando o entendimento dos alunos (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;

3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

22. Executa suas atividades de forma a ser percebido como um referencial para o aluno e, desta forma, influenciá-lo positivamente em sua formação (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

23. Faz intervenções concretas em relação à sala de aula e de seus alunos (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

24. Proporciona aos alunos autonomia, curiosidade, cooperação, socialização e que eles sejam criativos (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

25. Executa atividades que estimulam o crescimento e o desenvolvimento do aluno (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

26. Demonstra respeito pelos alunos, atendendo-os de forma diferenciada de acordo com os níveis de aprendizagem (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

27. Atende os alunos de modo diferenciado respeitando os níveis de aprendizagem (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

28. Promove integração e socialização dos conhecimentos que possui com os conhecimentos do aluno, propiciando uma vivência democrática nos aspectos educacionais (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

29. Exerce uma relação de liderança em relação aos alunos (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

30. Acredita que o processo de educação utiliza meios de comunicação presentes no dia a dia, relacionando os conteúdos curriculares com as questões sociais cotidianas (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

O ALUNO

31. Desempenha de forma exemplar sua postura como aluno (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

32. Cria expectativas referentes a escola e suas projeções para o futuro (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

33. Entende o conteúdo/disciplina ministrado (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

34. Tem comprometimento com o seu curso e com a escola (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

36. Exerce ações contributivas para o bom desenvolvimento das aulas (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

37. Respeita a forma como o professor conduz a aula (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

38. Conhece o currículo e as propostas do curso (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;

5. Concordo plenamente.

35. É reflexivo, participativo e atuante. (Marcar apenas uma opção.)

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

39. O conteúdo está adequado e estruturado, permitindo aos alunos acompanharem o seu desenvolvimento (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

40. Os conteúdos escolares são importantes para a minha formação (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

41. Os objetivos dos conteúdos escolares são claros (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

42. O tempo e a carga horária são suficientes para cumprir o conteúdo do plano de ensino (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

ESCOLA

43. A escola é um ambiente social que propicia ao indivíduo um desenvolvimento que vai além de sua origem social (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

44. A escola assume uma postura de normas e regras que são favoráveis ao bom desempenho e funcionamento do trabalho escolar (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

45. A escola se preocupa com o lado social do ser humano e desenvolve atividades extras de esporte, lazer, cultura, feiras e eventos (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.

46. A escola disponibiliza ao aluno uma formação condizente à realidade, para que esse aluno possa atuar na sociedade tornando-se um cidadão responsável, crítico e capaz de contribuir por uma sociedade mais justa e humana (Marcar apenas uma opção).

1. Discordo plenamente;
2. Discordo;
3. Nem concordo, nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo plenamente.



CAPÍTULO 02

AVALIANDO O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DAS ABORDAGENS DISCIPLINARES, MODELOS E EXPERIÊNCIAS DOCENTES.

Silvana Maria Aparecida Viana Santos

Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales (FICS). Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho (CEET Vasco Coutinho).

Endereço: Calle de la Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: silvanaviana11@yahoo.com.br

Alexander Aparecido Urso Silva

Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciências Sociales (FICS). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: oplanewalker@gmail.com

Carolina Dutra Marques

Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciências Sociales (FICS).

Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: carol_vox@hotmail.com

Claudia Kreuzberg da Silva

Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciências Sociales (FICS). Secretaria Estadual de Educação (Sed - SC).

Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: claudiakreuzberg@gmail.com

Eliana Garcia da Silva

Doutoranda em Ciências da Educação pela FICS. Colégio Estadual Paulo Freire – Cachambi/Rio de Janeiro.

Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: elianagarciasilva2@gmail.com

Gabriela dos Santos de Almeida

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University.

Professora da Rede Federal Colégio Pedro II.

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: gabrieladealmeida@yahoo.com.br

Marcia Cristina Reis Campos Melo

Mestranda em Gestão em Cuidados em Saúde pela Must University (MUST) – Flórida. Centro Universitário/São Camilo-ES.

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.
E-mail: marcia_reiscampos@hotmail.com

Monique Bolonha das Neves Meroto

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “José Pinto Coelho” (SEDU).

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.
E-mail: moniquebolonha@gmail.com

RESUMO: As mídias digitais no ensino são recursos tecnológicos como vídeos, aplicativos, jogos e mídias sociais usados para enriquecer a aprendizagem. Seu papel na educação contemporânea é explorar como essas ferramentas podem melhorar o engajamento e o aprendizado dos alunos. Este estudo, desempenha um papel na avaliação necessária para a conclusão do mestrado acadêmico em "Tecnologias Emergentes em Educação" da Musty University. Utilizando uma abordagem qualitativa e fontes secundárias, o objetivo principal desta pesquisa é investigar por que e para que utilizar mídias digitais para o ensino e foram estabelecidos como objetivos específicos o estudo dos tipos de mídias digitais que estão sendo utilizadas na atualidade; as divergências para distintas áreas do saber; escolha e desenvolvimento de um modelo de mídia ou linguagem visual para uma prática docente e por fim, relato de experiência sobre o uso de mídias digitais. O estudo visa aprofundar nosso entendimento sobre como as mídias digitais estão sendo aplicadas na educação. Os objetivos específicos contribuem para uma visão completa das práticas e desafios associados ao uso dessas tecnologias. Ao final do artigo, espera-se obter informações valiosas que podem informar a prática docente e beneficiar educadores, pesquisadores e profissionais interessados em tecnologias emergentes na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Professor; Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs); Mídias digitais.

ABSTRACT: Digital media in teaching are technological resources such as videos, apps, games and social media used to enrich learning. Its role in contemporary education is to explore how these tools can improve student engagement and learning. This study plays a role in the assessment required for completion of the academic master's degree in "Emerging Technologies in Education" at Musty University. Using a qualitative approach and secondary sources, the main objective of this research is to investigate why and for what to use digital media for teaching and the specific objectives were established to study the types of digital media that are currently being used; divergences for different areas of knowledge; choice and development of a media model or visual language for a teaching practice and finally, experience report on the use of digital media. The study aims to deepen our understanding of how digital media are being applied in education. The specific objectives contribute to a complete view of the practices and challenges associated with the use of these technologies. At the end of the article, it is expected to obtain valuable information that can inform teaching practice and benefit educators, researchers and professionals interested in emerging technologies in education.

KEYWORDS: Education; Teacher; Digital Information and Communication Technologies (DICT); Digital media.

1. INTRODUÇÃO

As tecnologias digitais emergiram no século XX, causando uma revolução não apenas na indústria, mas também na economia e na sociedade como um todo. A interação com essas tecnologias é uma parte diária e constante de nossas vidas; a maioria dos jovens chega à escola com celulares, *tablets* e *smartphones* em mãos. O celular, em particular, desempenha um papel significativo na vida das pessoas, especialmente dos jovens e adolescentes, pois os motiva, instiga a curiosidade e é quase onipresente nas dependências escolares, nas ruas e em outros ambientes. Esses recursos tecnológicos são ferramentas que podem contribuir para o desenvolvimento social, cultural e cognitivo tanto dos alunos quanto dos professores. As crianças já nascem inseridas no mundo digital.

Os jovens têm uma grande facilidade em manusear seus dispositivos móveis e acessar a internet, dispensando a necessidade de manuais. Eles podem aprender em minutos como utilizar novas tecnologias. Resistir a esses avanços seria um retrocesso, já que as tecnologias continuam evoluindo constantemente. Portanto, a escola e seus profissionais, os professores, também precisam acompanhar essa evolução.

Essa afirmação nos leva a refletir sobre os diversos processos de ensino que permeiam a educação, instigando-nos a considerar mudanças necessárias para aprimorar a qualidade da educação e impactar a vida de todos os envolvidos no processo. Para alcançar esse objetivo, é crucial buscar novas alternativas e métodos de trabalho que tornem as aulas atrativas e agradáveis, ao mesmo tempo em que garantem uma educação de qualidade. Uma das alternativas é promover a pesquisa escolar, com uma mediação de qualidade.

As tecnologias que têm sido parte integrante da sociedade há bastante tempo podem desempenhar um papel transformador no contexto escolar. Vieira (2005, p. 153) oferece insights valiosos a respeito desse tema, ele define tecnologia como os instrumentos, recursos e ferramentas que os educadores utilizam para facilitar a aprendizagem dos educandos. Isso engloba desde a maneira como os alunos são organizados em grupos na sala de aula ou em outros espaços até o simples giz que é usado para escrever na lousa, que é, em si, uma forma de tecnologia de comunicação. Uma organização eficaz da escrita

pode significativamente melhorar o processo de aprendizagem. Além disso, as formas de interação, gestos e comunicação verbal entre os indivíduos também podem ser consideradas tecnologias.

Ainda sobre a citação de Vieira (2005, p. 153) sugere que a mediação do professor desempenha um papel crucial na promoção de uma educação de alta qualidade. A maneira como o docente conduz suas aulas tem um impacto duradouro no aprendizado dos alunos. O mediador assume uma responsabilidade fundamental, orientando e direcionando o trabalho de seus alunos, onde as pesquisas são realizadas e as mídias necessárias são utilizadas para fins educacionais. Com base nessa perspectiva, compreende-se que as mídias, as pesquisas escolares e a mediação do professor têm o potencial de revolucionar o ambiente educacional. Para isso, é fundamental que seja feito um planejamento adequado e haja formações para se manterem atualizados, permitindo que estejam preparados para desempenhar seu papel de mediadores. Isso contribuirá para tornar o processo de ensino dinâmico e motivador, beneficiando assim os alunos.

Nesta pesquisa com abordagem qualitativa e o uso de fontes secundárias, nosso objetivo principal é investigar por que e para que as mídias digitais estão sendo utilizadas no ensino. Primeiramente, buscamos compreender os tipos de mídias digitais que estão sendo empregados na educação atualmente. Esta investigação nos permitirá analisar a variedade de ferramentas tecnológicas disponíveis para os educadores. Além disso, investigaremos como o uso dessas mídias digitais pode divergir em diferentes áreas do conhecimento. Cada disciplina pode apresentar desafios e oportunidades específicas no que diz respeito à integração das tecnologias digitais no processo de ensino. Um terceiro objetivo é analisar o processo de escolha e desenvolvimento de modelos de mídia ou linguagem visual para práticas docentes. Isso nos permite compreender como os educadores decidem quais tecnologias ou abordagens visuais são adequadas para alcançar seus objetivos pedagógicos.

Em última análise, compartilharemos um relato de experiência relacionado ao uso de mídias digitais na educação. Este relato prático oferece uma visão concreta dos sucessos, desafios e lições aprendidas ao aplicar tecnologias na sala de aula. Portanto, esperamos que esta pesquisa forneça informações valiosas que enriqueçam a prática docente e beneficiem

educadores, pesquisadores e profissionais interessados nas tendências emergentes das tecnologias educacionais.

2. DESENVOLVIMENTO

A educação é intrínseca à sociedade humana, como destacado por Pimenta e Anastasiou (2014). De acordo com Brandão (1981), a educação permeia diversos aspectos de nossas vidas, estando presente em casa, nas ruas, nas igrejas, nos meios de comunicação e em todas as esferas da sociedade. Todos nós nos envolvemos com a educação, seja para aprender, ensinar, ou aprender e ensinar simultaneamente. A busca por conhecimento, a realização de atividades práticas, o desenvolvimento de identidade e a convivência social cotidiana são todos aspectos em que a vida se entrelaça com a educação.

É importante destacar que não existe uma única forma ou modelo de educação. A escola não é o único ambiente onde a educação ocorre, o ensino formal não é a única prática educativa, e os professores profissionais não são os únicos agentes dessa ação. A educação é, portanto, um processo "natural" que se desenrola na sociedade humana através da ação de todos os seus membros, configurando, desse modo, uma sociedade pedagógica. As mídias digitais representam as ferramentas tecnológicas que possibilitam o armazenamento, acesso e manipulação de informações. Os meios de comunicação eletrônica contemporâneos estão cada vez mais difundidos e desempenham um papel fundamental tanto na pesquisa quanto na comunicação.

Observa-se uma crescente adoção dessas tecnologias por parte de crianças, jovens e a sociedade em geral, que as utilizam amplamente para entretenimento e comunicação. Isso engloba dispositivos como computadores conectados à internet, bem como uma variedade de dispositivos projetados para acessar a rede e facilitar o acesso a informações e comunicação em rede, como *notebooks*, *iPods*, *iPads*, *tablets*, *smartphones*, entre outros. As discussões relacionadas a este tópico estão em constante expansão, ocupando não apenas um lugar significativo na pesquisa acadêmica, mas também nos diversos contextos sociais, sob diferentes perspectivas e abordagens. Pais, professores e profissionais de diversas áreas do conhecimento, que interagem direta ou

indiretamente com crianças, estão dedicando esforços para compreendê-las em relação ao uso das mídias digitais.

Autores como Tapscott (1999), Veem e Vrakking (2009) e Prensky (2010) sustentam a ideia de que as crianças de hoje nascem em um contexto de imersão no desenvolvimento tecnológico. Desde uma idade muito precoce, celulares, computadores, telas sensíveis ao toque (*touchscreen*), jogos virtuais, câmeras fotográficas digitais, controles remotos e outros dispositivos fazem parte integrante de suas vidas. Esses autores argumentam que essa geração convive de forma natural com o avanço tecnológico e todas as suas ramificações. No entanto, é importante questionar essa generalização, pois nem todas as crianças pertencentes a essa geração desfrutam igualdade de oportunidades ou vivenciam experiências tecnológicas semelhantes em suas interações com os recursos técnicos.

Na atualidade, uma ampla variedade de mídias digitais é utilizada em diversas áreas do saber. Essas mídias desempenham um papel fundamental na comunicação, no compartilhamento de informações e no avanço do conhecimento. Textos digitais são comumente apresentados em formato digital por meio de documentos de processamento de texto, e-books e artigos acadêmicos publicados online. Imagens digitais, como fotografias, ilustrações, gráficos e infográficos, são frequentemente compartilhadas em formato digital em sites, redes sociais e publicações online. O áudio digital também é amplamente utilizado, com podcasts, música digital, gravações de palestras e entrevistas sendo exemplos de mídia de áudio digital comum. Vídeos digitais desempenham um papel significativo na educação, com vídeos educacionais, tutoriais, documentários e *vlogs* sendo cada vez mais populares em plataformas como *YouTube* e *Vimeo*. Além disso, as animações digitais, sejam em 2D ou 3D, são usadas para criar vídeos explicativos, simulações e conteúdo educacional interativo. As redes sociais desempenham um papel central na comunicação, permitindo compartilhar uma variedade de mídias, incluindo texto, imagens e vídeos.

Tecnologias emergentes, como Realidade Virtual (RV) e Realidade Aumentada (RA), estão sendo usadas em áreas como educação, medicina e treinamento para criar experiências imersivas e interativas. Jogos digitais

também são aproveitados na educação, com jogos educacionais que ensinam conceitos em diversas disciplinas.

Plataformas de e-learning, como *Moodle* e *Canvas*, oferecem suporte a cursos online, incluindo conteúdo textual, vídeos e avaliações. Aplicativos móveis são usados em dispositivos móveis para fins educacionais, produtivos e de comunicação. Além disso, a inteligência artificial (IA) e o aprendizado de máquina estão sendo aplicados em análise de dados, pesquisa acadêmica e automação de tarefas em várias áreas do conhecimento. Neste sentido, a escolha e aplicação das mídias digitais podem variar amplamente de acordo com o contexto e as necessidades específicas de cada disciplina ou área do saber. Lembrando que todas as mídias digitais são relevantes para o desenvolvimento de aulas interativas, o que define a utilização das mesmas é o objetivo que se pretende alcançar.

As Diretrizes Nacionais Curriculares (Brasil, 2013) estabelecem, no artigo 28 de sua resolução, que a utilização criteriosa das tecnologias e dos conteúdos midiáticos como recursos coadjuvantes no desenvolvimento do currículo desempenha um papel crucial na escola, transformando-a em um ambiente de inclusão digital e promoção do uso crítico das tecnologias da informação e comunicação. Isso demanda a colaboração dos sistemas de ensino em relação ao fornecer recursos midiáticos atualizados e em quantidade suficiente para atender às necessidades dos alunos e oferecer uma formação adequada tanto para os professores quanto para os demais profissionais da escola (Brasil, 2013, p. 38).

Diante do exposto, torna-se claro o quão relevante é a incorporação das tecnologias no contexto escolar, uma vez que elas proporcionam uma ampla gama de oportunidades para aprimorar o processo de aprendizagem, especialmente quando utilizadas em conjunto com atividades de pesquisa escolar, inclusive, tal proposta já foi por mim experienciada em sala de aula com os discentes e não hesitaria em utilizá-la novamente, afinal, a pesquisa estimula a curiosidade e empodera os alunos, permitindo que se tornem os protagonistas de suas próprias jornadas de aprendizado. A experiência vivenciada em sala de aula baseou-se no tema “Impacto das redes sociais na vida dos adolescentes”, sendo que o objetivo principal era compreender como o uso das redes sociais afeta o bem-estar emocional e o desempenho acadêmico dos adolescentes.

Durante todo o processo de pesquisa, os alunos puderam usar mídias digitais, como computadores, tablets e acesso à internet, para coletar informações, realizar análises de dados, criar conteúdo multimídia e apresentar suas descobertas. O feedback geral dos envolvidos foi positivo e particularmente foi uma experiência ímpar na minha vida profissional.

Para este contexto, Moran (2014) enfatiza que a internet é uma ferramenta tecnológica que facilita a motivação dos alunos, devido às constantes novidades e às infinitas possibilidades de pesquisa que ela oferece. Essa motivação, no entanto, é ampliada quando o professor a promove em um ambiente de confiança, abertura e cordialidade em relação aos alunos. Além disso, Moran (2014) destaca que, mais do que a simples presença da tecnologia, o fator que verdadeiramente aprimora o processo de ensino e aprendizagem é a habilidade do professor em estabelecer uma comunicação autêntica e construir relacionamentos de confiança com seus alunos. Isso se deve à competência, equilíbrio e simpatia com que o mesmo conduz suas atividades educacionais (Moran, 2014, p. 86).

Quando os teóricos do construtivismo observam que o aluno é o protagonista de seu próprio processo de aprendizagem, isso implica que ele age de forma autônoma na busca pela compreensão do mundo ao seu redor. Essa observação, de certa forma, oferece um valioso insight aos educadores e, ao mesmo tempo, apresenta um desafio significativo. Em essência, isso equivale a um chamado para os educadores serem o ponto central no processo de ensino, colaborando com os alunos na criação de seus próprios caminhos de aprendizado e explorando alternativas pedagógicas na sala de aula. Isso nos lembra que, infelizmente, as respostas que procuramos muitas vezes não estão prontamente disponíveis nos livros. Portanto, a única opção é começar a agir.

No contexto atual, ensinar os alunos a construir conhecimento é uma das tarefas mais cruciais para o mediador, que deve estar imerso nesse processo, constantemente atualizado e disposto a adaptar suas abordagens pedagógicas. Isso garante que as diversas tecnologias não percam sua relevância e sejam utilizadas em benefício de uma educação de alta qualidade. Os discentes precisam compreender que a pesquisa escolar não se limita a usar o Google ou a simples seleção de palavras-chave e do primeiro resultado. É fundamental que entendam que a pesquisa deve capacitá-los a se tornarem

agentes ativos em seu próprio processo de aprendizado, não meros receptores de informações.

Conforme Santos (2002, p. 275) salienta, isso envolve mais do que simplesmente "ligar o computador, escolher um mecanismo de busca em um portal de preferência, inserir palavras-chave, ler as primeiras linhas do primeiro resultado relevante, copiar, colar e imprimir". Para que a pesquisa escolar seja eficaz, o papel do professor como mediador é essencial, fornecendo direcionamento e apoio adequados. Além disso, é vital que os alunos desenvolvam habilidades de navegação, localização e seleção de informações pertinentes aos seus objetivos de pesquisa. Eles devem ser capazes de inferir, analisar e compreender o contexto e estabelecer relações lógicas e discursivas, entre outras competências (Coscarelli, 2006, p. 553).

É importante destacar que o mediador desempenha um papel crucial nesse processo, orientando e orientando os alunos em suas pesquisas. É fundamental transmitir aos alunos que pesquisar não se resume a copiar e colar informações, mas sim a buscar e construir conhecimento. Almeida (1998) enfatizam a necessidade de os professores se apropriarem das tecnologias para desenvolverem suas competências pedagógicas no uso das tecnologias e mídias em geral, assim, estes desempenharam papel fundamental no desenvolvimento, na aprendizagem e no uso consciente dessas ferramentas em sala de aula.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um processo intrínseco à sociedade humana, presente em todas as esferas da vida. A escola não é o único ambiente educativo, e os professores não são os únicos mediadores da educação. A aprendizagem ocorre em casa, na rua, na igreja, nos meios de comunicação e em todos os aspectos da vida. As mídias digitais representam ferramentas tecnológicas que podem facilitar esse processo educativo em diversas dimensões. O construtivismo destaca que os alunos são protagonistas de seu próprio aprendizado, o que implica que os educadores devem desempenhar um papel central na criação de caminhos de aprendizado únicos para cada aluno.

As tecnologias digitais têm o potencial de transformar o contexto educacional, tornando o ensino dinâmico e motivador. No entanto, isso exige planejamento adequado, formação contínua de professores e uma mediação eficaz. Neste contexto, a pesquisa escolar desempenha um papel crucial. Um exemplo prático de pesquisa sobre o impacto das redes sociais na vida dos adolescentes demonstrou como as mídias digitais podem ser integradas de maneira eficaz no processo de aprendizagem. Os alunos puderam usar tecnologia digital para coletar informações, analisar dados, criar conteúdo multimídia e apresentar suas descobertas. O feedback positivo desse experimento ilustra como a pesquisa estimula a curiosidade e capacita os alunos a se tornarem protagonistas de suas próprias jornadas de aprendizado.

Por fim, fica claro que as mídias digitais desempenham um papel fundamental na educação contemporânea. Cada disciplina pode apresentar desafios e oportunidades específicas em relação à integração dessas tecnologias no processo de ensino. O papel do professor como mediador é essencial para orientar os alunos em suas pesquisas e garantir que eles desenvolvam habilidades críticas de navegação e análise de informações. A pesquisa com abordagem qualitativa e o uso de fontes secundárias também podem enriquecer o processo de ensino aprendizagem. Portanto, é crucial que educadores, pesquisadores e profissionais se mantenham atualizados sobre as tendências emergentes das tecnologias educacionais para aprimorar a qualidade da educação e beneficiar a todos os envolvidos no processo educacional.

REFERÊNCIAS

- Brandão, C. R. (1981). O que é educação. São Paulo: Brasiliense.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. (2013).
- Coscarelli, C. V. (2006). Tecnologias, novos textos, novas formas de pensar. In [Nome do Livro] (3ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI.
- Moran, J. (2014). Autonomia e colaboração em um mundo digital. Revista Educatrix, (7), 52-37. Editora Moderna. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/autonomia.pdf>. Acesso em 07 de setembro de 2023.
- Pimenta, S. G., & Anastasiou, L. das G. C. (2014). Docência do Ensino Superior. São Paulo: Cortez.
- Prensky, M. (2010). Não me atrapalhe, mãe - Eu estou aprendendo! Como os videogames estão preparando nossos filhos para o sucesso no século XXI-e como você pode ajudar! São Paulo: Phorte.
- Santos, W. L. P., & Mortimer, E. F. (2002). Uma análise de pressupostos teóricos da abordagem C-T-S (Ciência-Tecnologia-Sociedade) no contexto da educação brasileira. ENSAIO - Pesquisa em Educação em Ciências, 2(02). UFMG.
- Tapscott, D. (1999). Geração Digital: A crescente e irreversível ascensão da Geração Net. São Paulo: Makron Books.
- Veen, W., & Vrakking, B. (2009). Homo Zappiens: educando na era digital. Porto Alegre: Artmed.
- Vieira, M. A. N. (2005). Educação e sociedade da informação: uma perspectiva crítica sobre as TIC num contexto escolar. Braga. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3276/1/Tese_Educacao_Sociedade_Informacao_AV.pdf. Acesso em 07 de setembro de 2023.



CAPÍTULO 03

A CULTURA DIGITAL NA BASE NACIONAL
CURRICULAR COMUM (BNCC): PERSPECTIVAS E
DESAFIOS

Luiz Marcelo Passos

Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciências Sociales (FICS). Redes Municipal e Estadual em Santa Luzia / MG.
Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.
E-mail: luizmarcelopassos@gmail.com

Alexander Aparecido Urso Silva

Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciências Sociales (FICS). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.
Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.
E-mail: oplanewalker@gmail.com

Daniela Ribeiro dos Santos

Doutoranda em Ciências da Educação (FICS. Assessora pedagógica das redes públicas de Sergipe e Alagoas.
Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.
E-mail: den.ensino@gmail.com

Domingos Sávio dos Santos

Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciências Sociales (FICS). Secretária Municipal de Educação de Ponte Nova (SEMED - MG).
Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.
E-mail: saviosantosefi@gmail.com

Erdinachele Machado Salatiel

Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciências Sociales (FICS). Escola Criar e Aprender - Ipatinga/MG.
Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.
E-mail: erdinachele25@hotmail.com

Fábio José de Araújo

Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociais (FICS). Professor de Biologia da Rede Estadual do Ceará e Professor dos Anos Iniciais de Tianguá, Ceará.
Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: fabio.araujo9@prof.ce.gov.br

Fábio Feitosa Rodrigues

Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Escola Municipal Jornalista Demócrito Dummar.

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: ffeitosarodrigues@gmail.com

Matias Rebouças Cunha

Doutorando em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza.

Endereço: Av. Farroupilha, 8001 - São José, Canoas - RS, 92425-020.

E-mail: matiascunha17@gmail.com

RESUMO: Este trabalho discute a concepção de cultura digital explicitada na Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Para tanto, analisamos o fundamento pedagógico e a estrutura do BNCC. Como metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com revisão da literatura; análise de referências bibliográficas e palavras-chave de artigos científicos. Concluímos que o tratamento do processo de ensino e da aprendizagem tem passado por transformações requerendo da educação escolar o enfrentamento de novos desafios, dentre eles a incorporação da cultura digital por alunos e também por professores. O ensino remoto durante a pandemia pelo COVID19, mostrou que é preciso garantir a viabilidade técnica e de infraestrutura para a concretização desse objetivo, além disto, deve-se investir na formação do educador para manuseio das ferramentas e a reflexão junto com os alunos do uso consciente dos artefatos digitais.

PALAVRAS-CHAVE: Base Nacional Curricular Comum; Cultura Digital. Formação docente. Educação Básica. Currículo.

ABSTRACT: This work discusses the conception of digital culture explained in the National Curricular Common Base (BNCC). To do so, we analyze the pedagogical foundation and structure of the BNCC. As a methodology, a bibliographical and documentary research was carried out with a literature review; analysis of bibliographic references and keywords of scientific articles. We conclude that the treatment of the teaching and learning process has undergone transformations, requiring school education to face new challenges, among them the incorporation of digital culture by students and teachers alike. Remote teaching during the COVID19 pandemic has shown that it is necessary to guarantee the technical and infrastructure feasibility to achieve this objective, in addition, it is necessary to invest in the training of educators to handle the tools and reflect together with the students on their use. aware of digital artifacts.

KEYWORDS: Common National Curriculum Base; Digital Culture; Teacher training; Basic education; Curriculum.

1. INTRODUÇÃO

O saber sistematizado, é precedido de escolhas sobre “quanto”, “quando”, “o que” e “como” ensinar, envolve, portanto, formas de seleção, organização e seriação dos conteúdos do Ensino, bem como das práticas educativas e recursos requeridos para a implantação do currículo escolar. Neste artigo discutimos aspectos relativos à constituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e apontamos as possibilidades e entraves da implementação de uma de suas competências, a do currículo digital.

Para o docente é fundamental conhecer a estrutura e a composição curricular, como ponto de partida, orientação e reelaboração de planejamento de suas aulas. Fazem parte desta análise o entendimento de como as teorias de currículo se materializam em tais documentos, desempenhando a função de mediar o pensamento e a ação nas práticas educativas.

Neste trabalho realizamos a análise documental da BNCC, a partir das problematizações: como se configura a implementação da BNCC? Quais os entraves e possibilidades do tratamento do processo de ensino e de aprendizagem da cultura digital proposto? Neste sentido, foi produzido um estudo qualitativo do *corpus* documental e legal da configuração da BNCC, um estudo da estrutura do documento e sua proposta para área de conhecimento da cultura digital, seus componentes curriculares e competências específicas.

Tendo em vista a influência desse documento no processo de seleção, organização e avaliação do currículo brasileiro, o objetivo central deste trabalho foi analisar as perspectivas e desafios de se concretizar o que a BNCC propõe para a competência da “Cultura Digital”. Portanto, estruturamos o artigo, em três seções: inicialmente, apresentamos o *corpus* documental da BNCC; depois, analisamos as concepções de Cultura Digital presente no documento; e, por fim, apresentamos nossa síntese na forma de considerações.

1.1 Base Nacional Curricular Comum (BNCC)

Em junho de 2015, no 1º Seminário Interinstitucional para elaboração da BNC (Base Nacional Comum), que reuniu os assessores e especialistas em desenvolvimento educacional passou-se a fomentar, mediante ampla

participação social, a apresentação da proposta inicial da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dando-se continuidade à necessidade de inovar o Currículo Educacional Brasileiro – o qual desde a década de 1990 - tem sido objeto de discussões, definições e pesquisas de diversos atores envolvidos no processo educacional.

Para que se chegasse à oficialização do atual documento, estudos e publicações como a LDB/1996, os PCNs, as DCNs e PNE contribuíram para que em regime de colaboração entre Estados, Distrito Federal e os Municípios, priorizasse a melhoria da qualidade da educação básica no país, o que viria a minimizar as diferenças no alcance educacional que é regionalizado.

Por conseguinte, em 2017, com propostas que visavam ao desenvolvimento da educação básica (0 a 17 anos), a BNCC foi homologada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), e em 2018 trouxe em seu bojo legal, propostas que maximizaram o atendimento ao público do Ensino Médio com um aumento de carga horária que chegaria a 1800 horas-aula/ano para que se alcance a instrução geral básica.

Dentro dessa perspectiva, passou-se a direcionar as competências¹ que deveriam ser utilizadas para que o sucesso dos discentes fosse alcançado e que os mesmos fossem capazes de desenvolver o senso crítico de forma adequada às necessidades do cotidiano; dentre elas a competência digital, que conforme o documento oficial é descrita da seguinte forma:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva” (BNCC, 2018).

A BNCC prescreve quais conjuntos de aprendizagens são adequadas a determinada faixa etária ou série. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas ou particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. Essa referência é o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa

¹ O termo competência se refere a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2017, p. 8)

da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá (BRASIL, 2018, p. 5).

Ele é um desdobramento do Plano Nacional de Educação, que apresenta os direitos, objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento a serem submetidos para avaliação da qualidade educacional, com, inclusive, índices quantitativos. Uma das críticas a respeito destes indicativos é que eles fazem parte de uma tendência, desde os anos 90, a uma mudança de paradigma com a redução do direito à educação em detrimento ao da aprendizagem.

O direito à formação ampla e contextualizada que todo ser humano deve ter é reduzido ao direito de aprender o “básico” expresso nas matrizes de referência dos exames nacionais, assumido ali como o domínio que é considerado “adequado” para uma dada série escolar nas disciplinas avaliadas – não por acaso as que estão mais diretamente ligadas às necessidades dos processos produtivos: leitura, matemática e ciências. Convém enfatizar que são as matrizes de referência dos exames e não o currículo prescrito, a base nacional comum, que definem o que será considerado como “básico” (FREITAS, 2014, p. 1090, grifos do autor).

A ênfase pedagógica é a da pedagogia das competências, para preparar os alunos a “[...] resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho [...]” (BRASIL, 2018, p. 13). Sobre a BNCC várias controvérsias tem sido levantadas, de um lado, reconhece-se os avanços da proposta; por outro, há uma crítica quanto a participação e o debate que foram reduzidos no governo de Michel Temer (Silva & Borges, 2020).

O processo de discussão da BNCC foi iniciado ainda no governo Dilma Rousseff, em 2015, com rodadas de escuta por regionais e online. No entanto, a partir da mudança para o governo de Michel Temer, o debate foi reduzido e, antes mesmo de se finalizar uma proposta de BNCC para o Ensino Médio, o novo governo sancionou a reforma do Ensino Médio por Medida Provisória publicada no início de 2017.

Outra questão levantada é a exclusão do Ensino Médio no documento. Na próxima seção, discutimos umas das competências requeridas está relacionada à formação para o uso consciente e eficaz das tecnologias: a cultura digital.

2. CULTURA DIGITAL

O conceito de cultura digital envolve reorganização social provocada pela mediação das tecnologias digitais, afetando diretamente a ação humana para

Pretto e Silveira (2008), a cultura digital “[...] indica intrinsecamente um processo crescente de reorganização das relações sociais mediadas pelas tecnologias digitais, afetando em maior ou menor escala todos os aspectos da ação humana”. Para Cintra (2003) a cultura digital é “[...] aquela que surge do fenômeno da comunicação mediada por computador (CMC) potencializada pela alta conectividade proporcionada pela Internet”. A cultura digital alterou a forma como interagimos e as relações pessoais.

As tecnologias não podem ser puramente incorporadas, mas seu uso e as modificações que os artefatos tecnológicos tem provocado no modo de vida, trabalho, cultural e economia, dentre outros, deve ser discutido, repensado e ressignificado. O BNCC especifica que a cultura digital faz parte do conjunto de conhecimentos e habilidades que é mobilizada em todas as outras áreas de conhecimento. Este trabalho discute a concepção de cultura digital explicita no documento procura compreender as possibilidades e embates a serem enfrentados (Machado & Amaral, 2021).

A cultura digital é a base para outras práticas educativas modernas. A competência digital na BNCC foi dividida em dimensões (Computação e Programação, Pensamento Computacional, e Cultura e Mundo Digital) que correspondem aos objetivos para cada grupo. Os objetivos de aprendizagem são criados a partir das competências escolhidas para serem exploradas e valorizadas e neste sentido, a BNCC dá um enfoque para os recursos ou vivências digitais. A figura abaixo representa os três eixos da cultura digital no documento: cultura digital, pensamento computacional e tecnologia digital

Figura 1- A cultura digital no BNCC.



Fonte: CIEB (Disponível em <https://curriculo.cieb.net.br/>)

Um desafio que faz parte do contexto educacional básico desde sempre é o uso da tecnologia na prática pedagógica. Conforme Pretto, 1996 e Alves, (2016, apud ALVES, 2020, p.3), a mediação das tecnologias digitais, na educação básica sempre foi um grande desafio a ser vencido, pois o cenário escolar tem dificuldades como: o acesso e interação com a tecnologia por parte dos estudantes e às vezes, até dos professores; escolas que não fornece o mínimo necessário para realizar tarefas que precisam das plataformas digitais, inclusive sem conexão com a internet; formação precária dos docentes frente à tecnologia.

Sobre este assunto Rosa (2020) argumenta que “Educação ofertada por meio da tecnologia sempre trouxe alguns obstáculos, principalmente devido à falta de preparo e capacitação dos docentes para manusear os suportes tecnológicos”. A necessidade de se ofertar cursos de formação é ressaltado também em Goldoi, Kawashima Gomes (2020) que afirmam que “É muito importante que os cursos para atualização dos docentes possibilitem várias estratégias, entre elas, o ensino de como utilizar equipamentos de informática, aperfeiçoando a forma de ensinar”.

Estudos realizados durante ou sobre o ensino remoto durante a pandemia apontaram as dificuldades dos docentes e discentes pela falta de acesso ou inabilidade em utilizar as ferramentas digitais nas práticas educativas. Para Cunha, Silva e Silva (2023), “76% dos docentes buscam aprender sobre as TDIC na educação para vencer as dificuldades do momento. Mas, a maioria não teve em sua formação inicial e nem continuada à preparação para usar”; Alves (2020), chega a afirmar que “O corpo docente não se sente preparado para assumir as atividades escolares com a mediação das plataformas digitais”. Atie (2020) salienta que “Foi um grande desafio criar um modelo de aulas remotas – utilizando recursos digitais, a partir da casa dos estudantes, pois foram exigidas mudanças radicais e para a maioria dos docentes o efeito foi trabalhar como nunca haviam experimentado”.

Estes estudos mostram que para além da necessidade de se trabalhar a competência da cultura digital é preciso também assegurar a formação docente para esta nova competência. O uso das tecnologias digitais para o ensino básico, colocou em foco a formação docente, devido à falta de preparo e capacitação dos docentes para lidar com as plataformas digitais e sem tempo hábil para se

aperfeiçoar para tal processo de ensino, pois eles não se sentem preparados para tal situação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a incorporação dos artefatos tecnológicos e digitais no tratamento do processo de ensino e de aprendizagem, não é um modismo. Nem tampouco, o seu uso garante a inclusão digital. As ferramentas devem estar alinhadas aos objetivos educacionais e isso se dá pela mediação do professor. Neste sentido, é importante investir na formação em cultura digital, dar acesso as ferramentas digitais com qualidade.

Foram muitos os desafios enfrentados pelos docentes em tempos de Covid-19, sendo o maior deles, o de ter habilidades no uso das TDIC, para poder ter um bom desempenho no ensino remoto. Outros desafios foram às condições de trabalho do docente, a qualidade no processo de ensino-aprendizagem, a relevância e o significado dos conteúdos para abordar, o desenvolvimento de práticas pedagógicas centradas no estudante. É importante desenvolver mais estudos que pretendam a autorreflexão crítica sobre as práticas educativas configurada pelas ferramentas digitais. Este trabalho, portanto, pode ser ampliado em outras investigações.

REFERÊNCIAS

Alves, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251>. Acesso em: 22 fev. 2021. Brasil. (1988). Constituição da república federativa do brasil de 1988 (1988) Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Atié, L (2020). **Pandemia é oportunidade para repensar a formação docente**. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/formacao-docente-pandemia/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

Brasil (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 25 jun. 2023.

Brasil (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014

Brasil (2018). Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf . Acesso em: 23 jun. 2023.
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf

Brasil (2016) . Parâmetros curriculares nacionais: Arte. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria de Educação Fundamental, 1997b. 130 p. Volume 6. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Brito, G. da S., & Costa, M. L. F.. (2020). Apresentação - Cultura digital e educação: desafios e possibilidades. Educar Em Revista, 36, e76482. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.76482>

Cunha, L. F. F.; Silva, A. de S.; Silva, A. P. da (2020). O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924/553>. Acesso em: 23 jun. 2023

GODOI, M. et al. O ensino remoto durante a pandemia de covid-19: desafios, aprendizagens e expectativas dos professores universitários de Educação Física. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344485419_O_ensino_remoto_durante_a_pandemia_de_covid_desafios_aprendizagens_e_expectativas_dos_professores_universitarios_de_Educacao_Fisica & Acesso em: 17 fev. 2021.

Silva, D., & Borges, J.. (2020). Base Nacional Comum Curricular e competências infocomunicacionais: uma análise de correlação. Intercom: Revista Brasileira De Ciências Da Comunicação, 43(3), 99–114. <https://doi.org/10.1590/1809-5844202035>



CAPÍTULO 04

UTILIZAÇÃO DO YOUTUBE COMO PLATAFORMA DE ENSINO E APRENDIZAGEM E PREPARAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS DAS CARREIRAS EDUCACIONAIS

Luiz Marcelo Passos

Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciências Sociales (FICS). Redes Municipal e Estadual em Santa Luzia / MG.
Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.
E-mail: luizmarcelopassos@gmail.com

Aline Pereira da Silva Corona

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Prefeitura Municipal de Colatina-ES.
Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.
E-mail: alinepsilvacorona@hotmail.com

Ana Carolina Rodrigues da Luz Eccel

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST) – Flórida. Escola Municipal em Tempo Integral "Presidente Castelo Branco".
Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.
E-mail: anacr125@hotmail.com

Geraldo Lopes da Silva Filho

Mestrando em Tecnologia Emergentes em Educação pela Must University (MUST) – Flórida. Instituto Federal do Piauí. IFPI.
Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.
E-mail: geraldofilhok@hotmail.com

José Felipe de Souza Pinheiro

Mestre em Tecnologia Emergentes em Educação pela Must University (MUST) – Flórida. Secretaria de Educação e Desportos do Estado do Amazonas.
Endereço: 1960. NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.
E-mail: jose.felipe.pinheiro@seducam.pro.br

Monique Bolonha das Neves Meroto

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "José Pinto Coelho" (SEDU).
Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.
E-mail: moniquebolonha@gmail.com

Rebeca Maria de Oliveira

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Secretaria Municipal de Educação de Teresina-Piauí- SEMEC. 1960

NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos. E-mail:rebecca_adv@hotmail.com

Rodi Narciso

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Secretaria Municipal de Educação.

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: rodynarciso1974@gmail.com

RESUMO: O artigo objetiva investigar como uso da plataforma digital *Youtube* pode contribuir no processo de ensino e aprendizagem destinado à preparação para concursos das carreiras educacionais. Para tanto, foram analisados artigos e reportagens veiculadas na internet, onde ambos são destinados à comunidade que visa a disputa de uma vaga junto ao serviço público, especificamente, na área educacional. Observa-se as finalidades pelas quais os concursandos buscam por tal estrutura, bem como também a disponibilidade de tais assuntos estarem a disposição para acompanhamento e atualização em tempo integral. Cita-se como exemplo, o canal do *Youtube* “Os Pedagógicos” e faz-se uma menção em relação ao número de inscritos e o total das visualizações das transmissões de suas três últimas lives. Descreve-se as mídias digitais que na atualidade estão sendo mais utilizadas e sua correlação com as informações pertinentes à utilização da linguagem visual enquanto forma de favorecer o processo de ensino e aprendizagem. Podem ser observadas informações relacionadas à importância da plataforma *Youtube* no acompanhamento de recentes atualizações legais como por exemplo a LDB. Ainda, ao longo do artigo, enfatiza-se a importância do *YouTube* como espaço de aprendizagem onde professores e estudantes podem criar uma lista de vídeos na rede social, sendo esta função chamada de playlist, as quais devem ser relevantes para os usuários e que os mesmos estejam de acordo com o conteúdo estudado. Foi informado no desenvolvimento do artigo, o “Banco Internacional de Objetos Educacionais, o qual é um instrumento que engaja diferentes mídias educacionais direcionadas ao público, contando com formatos diversos e para todas as etapas do ensino. Por fim, buscou-se trazer relevância ao trabalho acadêmico mediante a interpretação da postagem da revista divulgada pela *WhyVideo2021*, mostrando que, à época da pesquisa, 9 em cada 10 brasileiros usaram a plataforma *Youtube* para estudar.

PALAVRAS-CHAVE: Youtube; Concurso Público; Mídias Digitais; Playlist.

ABSTRACT: The article aims to investigate how the use of the digital platform YouTube can contribute to the teaching and learning process aimed at preparing for educational career competitions. To this end, articles from publications and reports published on the internet were analyzed, both of which are aimed at the community that aims to compete for a vacancy in the public service, specifically, in the educational area as a whole. The purposes for which candidates seek such a structure are observed, as well as the availability of such matters being

available for full-time monitoring and updating. As an example, the YouTube channel “Os Pedagógicos” is cited and a mention is made in relation to the number of subscribers and the total number of views of the broadcasts of its last three lives. The digital media that are currently being most used are described and their correlation with information relevant to the use of visual language as a way of promoting the teaching and learning process. Information related to the importance of the Youtube platform in monitoring recent legal updates, such as the LDB, can be observed. Furthermore, throughout the article, the importance of YouTube is emphasized as a learning space where teachers and students can create a list of videos on the social network, with this function being a playlist call, which must be relevant to users and that they are in accordance with the content studied. The International Bank of Educational Objects was informed in the development of the article, which is an instrument that engages different educational media aimed at the public, with different formats and for all stages of teaching. Finally, we sought to bring relevance to academic work through the interpretation of the magazine's price published by Why Video 2021, showing that, at the time of the research, 9 out of 10 Brazilians used the YouTube platform to study.

KEYWORDS: Youtube; Public Competition; Digital Media; Playlist.

1. INTRODUÇÃO

A utilização da plataforma Youtube como meio de preparação para concursos públicos na área da educação, configura-se uma realidade entre aqueles que buscam êxito em

conquistar uma aprovação nas esferas municipais, estaduais e federais, sobretudo, em relação à profissão docente. Tal finalidade tem como objetivo atualizar-se em relação às alterações legais, resgatar conteúdos já estudados, aprimorar conhecimentos, verificar os avanços e demandas necessárias para a conquista de uma vaga juntos ao serviço público. Ela acontece em todos os momentos, com características diferenciadas de acordo com a natureza e necessidade da aprendizagem almejada, bastando-se realizar as consultas conforme a matéria a ser estudada.

No contexto da preparação e aperfeiçoamento dos conteúdos, que são em sua prática, complexos e dinâmicos, o processo de estudo é desafiante, pois requer habilidades de pesquisa e disciplina para estudar todo conteúdo afeto aos editais. Neste sentido, o uso das ferramentas digitais, todavia, de canais direcionados a concursos educacionais, pode contribuir, tanto no processo de planejamento dos estudos, bem como também, no acompanhamento pedagógico.

Partindo destas premissas, foi realizada uma análise de documentos que objetiva verificar como a plataforma Youtube tem sido utilizada para aperfeiçoar habilidades inerentes à preparação para concursos públicos para profissionais docentes e também o número de inscritos em canais destinados a esse fim.

A metodologia utilizada incluiu pesquisa bibliográfica sobre a utilização das mídias digitais e linguagens visuais utilizadas na plataforma Youtube como meio de ensino e aprendizagem, verificação quantitativa e exemplificativa, com o objetivo de aferir o número de inscritos no canal - Os Pedagógicos - o qual é destinado à preparação específica para concursos das carreiras educacionais.

2. EXPERIÊNCIAS COM MÍDIAS DIGITAIS E LINGUAGEM VISUAL JUNTO AOS ESTUDANTES

2.1 Porquê e para quê utilizar mídias digitais para o ensino?

Aprender com o uso das mídias digitais é uma preocupação atual na área educacional, pois envolve aspectos da modernidade e competitividade em relação ao mercado de trabalho, o qual tem caráter competitivo e seletivo. Devido a evolução das mídias digitais e a possibilidade da utilização de diferentes linguagens visuais, surgem novas possibilidades e ferramentas no que se refere à sua aplicabilidade enquanto método de aprendizagem autônoma, onde o conteúdo veiculados por tais canais auxilia e direciona os estudantes ao longo do processo de preparação [1]. Analisando as possibilidades e impactos causados pelos vídeos e os recursos tecnológicos, Moran[2], declara que “educar é, fundamentalmente, um processo de comunicação entre pessoas, mediado por tecnologias, simples, comuns (voz, escrita) ou tecnologias audiovisuais (vídeos, redes, Internet)”.

Vídeo significa também uma forma de contar multilinguística, de superposição de códigos e significações, predominantemente audiovisuais, mais próxima da sensibilidade e prática do homem urbano e ainda distante da linguagem educacional, mais apoiada no discurso verbal escrito^[2].

Dessa forma, a mediação pela plataforma Youtube favorece plenamente o acesso à conteúdos diversos em relação aos usuários que buscam por novas aprendizagens. Pode-se atribuir a tal fato a gratuidade de acesso e navegabilidade nos canais destinados à preparação para carreiras educacionais, o número de videoaulas disponíveis em tempo integral, a maximização do tempo de estudo e também as atualizações legais que ocorrem frequentemente - como exemplo cita-se alterações em 5 artigos que ocorreram na LDB em agosto de 2023[3] .

Para Duffy [4] “O vídeo não é um fim em si mesmo, mas um meio para atingir metas de aprendizagem e objetivos. O vídeo instrutivo efetivo não é uma instrução de televisão para aluno, mas sim uma instrução de professor-aluno, com o vídeo como um veículo para a descoberta”, ou seja, o uso efetivo dos vídeos configura-se como mecanismos de interação entre professores e alunos conduzindo-os a descobertas importantes e objetivamente instrutivas.

2.2 Que tipos de mídias digitais estão sendo utilizadas na atualidade? Há diferenças para diferentes áreas do saber?

Inteligência Artificial (IA), Machine Learning, Computação na Nuvem, Tecnologia 5G, Redes Sociais, Realidade Aumentada, Ambiente Virtual de Aprendizagem, Games e Aplicativos estão presentes no dia a dia de muitos estudantes. Atualmente, o uso da tecnologia na educação é um fato, e a tendência é que haja uma expansão em relação aos acessos às plataformas unicamente direcionadas à preparação para concursos das carreiras educacionais, é o que apontam o número de inscritos no canal do Youtube “Os Pedagógicos”(atualmente conta com 397 mil inscritos) [3]. Ao se analisar as três últimas transmissões do canal, foram contabilizadas 23.400 visualizações[3]. Certamente, todos os acessos foram gratuitos e os participantes das lives se inteiraram de assuntos pertinentes às provas para as carreiras docentes.

Após sua expansão, as mídias digitais proporcionaram novas formas de comunicação com mais interatividade, possibilitando aos seus usuários obter mais disponibilidade de tempo e espaço para a aprendizagem, o que tornou os acessos mais flexíveis.[5]

O BIOE (Banco Internacional de Objetos Educacionais) é um instrumento que engaja diferentes mídias educacionais direcionadas ao público, contando com formatos diversos que visam dar suporte para todas as etapas do ensino. Nele, conforme Bezerra[6], tem-se animações, simulações, áudios, vídeos, experimentos práticos, hipertextos, imagens, mapas e softwares educacionais:

Na área educacional, percebe-se recursos de apoio para diversas temáticas como as Artes Visuais, a Linguagem Oral e Escrita, a Matemática, a Natureza e Sociedade, o Movimento e a Música. Também se encontram recursos para a Alfabetização, as Artes, as Ciências Naturais, a Educação Física, a Ética, a Geografia, a História, a Língua Portuguesa, a Matemática, a Meio Ambiente, a Orientação Sexual, a Pluralidade Cultural e a Saúde Literária, a Matemática, a Química e a Sociologia. Ainda temos outros recursos para o Ensino Profissional e o Ensino Superior.^[6]

Percebe-se que o uso em diferentes áreas do saber depende da intencionalidade e da necessidade de expor o conteúdo a ser ministrado, não havendo hierarquização entre os modelos de transmissão do conhecimento, visto que todas as mídias e linguagens são úteis; basta direcioná-las às necessidades e especificidades do público em questão.

2.3 Se você fosse elaborar um material de uma disciplina ou desenvolver uma aula hoje, utilizaria qual tipo de mídia digital ou linguagem visual?

Uma ferramenta valiosa que pode ser utilizada para elaborar aulas didaticamente criativas, democratizar o acesso à preparação específica e promover um equilíbrio relacionado à concorrência das vagas disponíveis em concursos para seleções às carreiras educacionais, é a mídia digital Youtube, pois, pesquisa divulgada pela WhyVideo2021[7], mostra que 9 em cada 10 brasileiros usaram a plataforma para estudar. Dentro desse contexto, faz-se menção aos recursos que direcionam e organizam assuntos voltados à educação - as chamadas playlists - pois fracionam as videoaulas conforme títulos e matérias; esse recurso quando direcionado à educação, possibilita o acompanhamento de cursos e materiais sequenciais sem que o usuário perca a ordem e proposta estabelecida pelo canal. No que se refere à temática, Pereira[7] traz o seguinte entendimento:

Visando utilizar o YouTube como espaço de aprendizagem o professor pode criar uma lista de vídeos, na rede social esta função é chamada de playlist, que sejam relevantes para os alunos e que estejam de acordo com o conteúdo estudado. Esta playlist pode ser compartilhada com os alunos para acesso posterior. Outra forma de se personalizar o YouTube é fazendo a inscrição em canais que sejam educativos e forneçam vídeos relacionados com a(s) disciplina(s) estudadas. Quando se é inscrito em um canal, o usuário recebe informações de quando novos vídeos são disponibilizados o que torna maior a interação entre o aluno e o canal. Desta forma o professor pode disponibilizar uma lista de canais onde os alunos devem se inscrever e acompanhá-los semanalmente ou conforme a frequência de vídeos disponibilizada pelo canal.^[1]

Utilizar o material e a linguagem visual disseminados pelo Youtube é um processo fundamental para o sucesso dos vídeos educativos, pois é fundamental que o espectador se interesse pelo conteúdo não apenas pelo material, mas principalmente pelo direcionamento do conteúdo ministrado. Assim, o formato destinado aos concursos das carreiras educacionais junto à plataforma Youtube pode trazer como vantagens desse modelo, o maior envolvimento e satisfação dos estudantes com a disciplina, e conseqüentemente, maior engajamento por parte desses.

A aquisição de conhecimentos, quando permeados pela capacidade volitiva, promove a interiorização do aprendizado de forma duradoura e sólida,

tornando-se viável quando há um preceptor que passa a mediar e nortear as atividades propostas das aulas.

Para que isso seja alcançado com efetividade, é interessante que o docente possa conhecer ou já tenha vivenciado a realidade dos lecionando em questão, e assim, possibilitar o alcance dos objetivos pedagógicos pretendidos pelos discentes.

2.4 Cite uma experiência com uso de mídias digitais que você já vivenciou ou que conhece (que obteve bom resultado).

Muitas vezes, o público que trabalha para custear seus estudos não tem acesso a uma sólida formação acadêmica, como por exemplo, a que é ofertada em Universidades Públicas e particulares tradicionais, onde as mesmas contam com professores - que em sua essência profissional - são escritores e pesquisadores e publicam artigos e estudos relevantes que vêm a embasar suas aulas. Dessa forma, os conteúdos produzidos e ministrados por esses, ficam restritos aos discentes que alcançaram tal vantagem, bem como também, às bancas de concursos que utilizam tais entendimentos acerca das publicações pedagógicas para elaborar certames públicos destinados às carreiras docentes.

Nesse sentido, a utilização das mídias digitais e das linguagens visuais veiculadas pelo Youtube, pode beneficiar o aprendizado dos educandos, não apenas os possibilitando assistir às videoaulas, mas principalmente, para estabelecer uma nova metodologia de aprendizagem e um novo padrão de entendimento sobre como se proceder à realização dos certames educacionais.

Muitos dos que buscam uma colocação na carreira docente, a fazem devido a motivação pessoal e satisfação ao longo da jornada de estudos. De acordo com Ferreira[8], objetivamente, automotivação e a satisfação pessoal, são elementos específicos que interferem positivamente no processo de ensino e aprendizagem:

De forma prática, a motivação é muito valorizada por causa de suas consequências. Ela ajuda a produzir resultados educacionais positivos. A motivação intrínseca refere-se a fazer algo porque é inerentemente interessante ou agradável; tal motivação é um fenômeno importante para os educadores, não apenas porque é uma fonte natural de aprendizagem e de rendimento que pode ser sistematicamente catalisada ou prejudicada por práticas do instrutor, mas também

porque a motivação intrínseca produz resultados na aprendizagem de alta qualidade e criatividade.

Outro aspecto muito importante para o sucesso da aprendizagem é a satisfação, a qual produz impactos visíveis na aprendizagem. a satisfação pode ser considerada um estado emocional do estudante, a qual inicia, mantém e estimula o envolvimento do aluno no processo de aprendizagem. A importância da satisfação para sistemas de aprendizagem baseados na *web* tem sido notável.^[8]

A médio e longo prazos, estudar mediante o auxílio das mídias digitais onde se dispõe de mapas mentais, resumos pedagógicos, dicas exibidas em vídeos curtos, muitas questões comentadas e a seleção de playlists direcionadas ao assunto desejado, pode surtir efeitos positivos que fortalecem a pretensão em obter uma aprovação ao longa da jornada das seleções públicas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os concursos públicos despertam muito interesse, seja pela estabilidade que os servidores públicos adquirem como direito constitucional, ou mesmo pela progressão que há em relação ao plano de carreira docente. Porém, as seleções de candidatos se tornaram muito concorridas e com isso, o nível das provas subiu de forma significativa. Atualmente, estar dentro das vagas mencionadas nos editais de concursos públicos requer muita preparação, estudo, autodisciplina. Navegar em canais de preparação específica para concursos públicos para profissionais docentes, maximiza o tempo de estudos e torna a preparação para as provas menos complexa e mais proveitosa.

Dessa forma, com os avanços tecnológicos permeados pelas mídias e linguagens digitais, a preparação para concursos públicos se tornou muito mais democrática do que no passado, pois não havia muitos cursos instituídos com essa finalidade, e os que ofertavam tais conteúdos, eram ocupados por pessoas com melhores condições financeiras, e em vista disso, conseguiam se preparar corretamente. Porém, com a disseminação das vídeoaulas disponibilizadas no Youtube - a exemplo disso citou-se o canal "Os Pedagógicos" - qualquer pode se preparar para um concurso público e almejar tomar posse, ao final de todo processo de seleção, nas vagas mencionadas em editais diversos, em especial os das carreiras educacionais.

REFERÊNCIAS

AMARO, Daniel. 9 em cada 10 brasileiros usam o Youtube para estudar. 2022. Disponível em: <<https://edicaodobrasil.com.br/2022/10/14/9-emcada-10-brasileiros-usam-o-youtube-para-estudar/>>. [Acessado 10/09/ 2023].

BEZERRA, Diogo Henrique Duarte. Universidade Federal de Mato Grosso Secretaria de

DUFFY, Peter. Engaging the YouTube Google-Eyed Generation: Strategies for Using Web 2.0 in Teaching and Learning. *The Electronic Journal of e-Learning* Volume 6 Issue 2, pp 119 - 130, 2008.

FERREIRA, Deller James et al. O impacto, sobre estudantes brasileiros, de uma linguagem visual para aprender a aprender conjuntamente. *Educação e Pesquisa* [online]. 2017, v.43, n. 2, pp. 427-451. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-9702201604145153>>. Epub 17 Maio 2016. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201604145153>. [Acessado 10/09/2023].

MORAN, José Manuel. “O Vídeo na Sala de Aula”. Universidade de São Paulo. 1995.

OS PEDAGÓGICOS. Youtube. Lei de Diretrizes e Bases atualizada em 2023. Disponível em: <https://ospedagogicos.com.br/ldb-atualizada-em-agosto-de-2023-como-eram-e-como-ficaram-os-artigos-alterados/>. [Acessado 08/09/2023].

PEREIRA, Marina Rosa. Uso do Youtube como ferramenta pedagógica. Monografia. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2018.

Tecnologia Educacional Especialização em Mídias Digitais Para a Educação disciplinade mídias digitais na educação. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/429888/2/fasciculo.odt>>. [Acessado 08/09/2023].

VERMELHO, Sônia Cristina *et al.* Refletindo sobre as redes sociais digitais. *Educação & Sociedade* [online]. 2014, v. 35, n. 126, pp. 179-196. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100011>>. Epub 09Maio2014. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100011>. [Acessado 08/09/2023].



CAPÍTULO 05

A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA EDUCAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS

Silvana Maria Aparecida Viana Santos

Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho (CEET Vasco Coutinho).

Endereço: Calle de la Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: silvanaviana11@yahoo.com.br

Ederson Cassiano de Paula

Especialista em Educação Musical – FAVENI. EEEFM NELSON MANDELA.

Endereço: Av. Ângelo Altoé, 888 - Santa Cruz, Venda Nova do Imigrante - ES, 29375-000.

E-mail: edersoncassianodepaula@gmail.com

Edivan Jorge Costa

Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação pela Must University (MUST). Governo do Estado de Roraima, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto (SEED).

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: edivanjorge2000@gmail.com

Erdinachele Machado Salatier

Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciências Sociales (FICS). Escola Criar e Aprender - Ipatinga/MG.

Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: erdinachele25@hotmail.com

Jéssica Marinho Medeiros

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Escola Municipal de Educação Infantil Professora Áurea Melo Zamor (SEMED).

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: jessica_marinho20@hotmail.com

Monique Bolonha das Neves Meroto

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “José Pinto Coelho” (SEDU).

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: moniquebolonha@gmail.com

RESUMO: Desde o princípio da humanidade a arte nos é apresentada como parte integrante do ser humano, estando presente em todas as formações

culturais. Podemos afirmar que a arte é um elemento constante no comportamento humano, fruto das experiências vivenciadas demonstrando a capacidade de sensibilidade, criatividade, percepção, necessidade de comunicação e imaginação. Através da presente pesquisa é possível observar que o educador pode desenvolver um trabalho com arte, que desperte no aluno o prazer do fazer artístico, interagindo no processo da formação intelectual da criança apresentando a arte como instrumento facilitador da aprendizagem ao possibilitar os desenvolvimentos sociais, cognitivos, físicos e psicológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Arte; Aprendizagem; Educação; Desenvolvimento.

ABSTRACT: Since the beginning of humanity, art has been presented to us as an integral part of the human being, being present in all cultural formations. We can affirm that art is a constant element in human behavior, the result of lived experiences demonstrating the capacity for sensitivity, creativity, perception, need for communication and imagination. Through this research it is possible to observe that the educator can develop work with art, which awakens in the student the pleasure of making art, interacting in the process of the child's intellectual formation, presenting art as an instrument that facilitates learning by enabling social and cognitive developments, physical and psychological.

KEYWORDS: Art; Learning; Education; Development.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como proposta principal mostrar à necessidade de se trabalhar a arte nas series iniciais do ensino fundamental, tendo assim como finalidade apresentar aos professores, e a quem possa se interessar a importância e os principais conceitos, teorias e práticas do desenvolvimento humano por meio da arte.

A arte é saber. É resultado de indivíduos que exprimem sua visão de mundo, visão esta que está vinculada a percepções, princípios, espaços, tempos, experiências. O contato com a arte de diferentes momentos históricos e de outros lugares e regiões expande a visão de mundo, enriquece o intelecto, beneficia a criação de vínculos com realidades distintas e assim proporciona uma cultura de tolerância, de valorização da diversidade, de respeito mútuo, podendo contribuir para uma cultura de paz.

A percepção da arte originada em sua própria cultura possibilita ao indivíduo reconhecer a si mesmo, percebendo-se como ser histórico que sustenta conexões com o passado, que é apto a intervir transformando o futuro, tomando consciência de suas concepções e ideias, podendo escolher criticamente seus princípios, superando preconceitos e agindo socialmente para transformar a sociedade da qual faz parte.

Cientes da influência que a arte assume na educação, podemos fazer uma revisão crítica do que a escola tem alcançado em termos de ensino da arte. Temos alcançado valorizar nos alunos sua expressividade e potencialidade criativa? Temos conseguido estimular a formação cultural de nossos educandos e ajudá-los a perceberem-se como sujeitos de cultura?

Esperamos estar colaborando para uma prática em que a compreensão, e o respeito sobreponham aos paradigmas convencionais e que a graduação do conhecimento seja um processo contínuo e ativo na vida do ser humano.

Desta forma a presente pesquisa tem o objetivo além das justificativas ontológicas e culturais da importância da arte na educação já mencionada, apontar a dimensão simbólica da arte, de seu poder expressivo de representar ideias através de linguagens particulares, como a literatura, à dança, a música, o teatro, a arquitetura, a fotografia, o desenho, a pintura, entre outras formas expressivas que a arte assume em nosso dia-a-dia.

A pesquisa está dividida em capítulos, primeiramente, mostraremos como o estudo desse tema é importante para que os professores possam avaliar os pontos que devem ser trabalhados de forma mais fundamentada. Posteriormente, será abordada no segundo capítulo a importância da arte no desenvolvimento da criança, a relação arte, escola e professores e o trabalho do professor. No terceiro capítulo falaremos sobre a importância da formação dos professores para uma educação de qualidade, e ainda uma reflexão sobre a educação em arte, visando à formação do cidadão. E, finalmente, mostraremos no quarto capítulo a conclusão do trabalho, que nada mais é do que um complemento da análise crítica e as referências.

2. A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA EDUCAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS

A arte tem a natureza de mostrar o comportamento das sociedades, tanto no seu passado como no presente, fornecendo uma rica interpretação da relação das pessoas entre si e o mundo. Isso não precisa estar retratado especificamente no produto artístico, pois brota da própria circunstância que o faz existir. No intuito de fundamentar teoricamente o presente trabalho, foram observados alguns estudos com a finalidade de explicar como o ensino da arte pode colaborar no desenvolvimento intelectual e cognitivo da criança.

2.1 A importância da arte na formação da criança

A arte corresponde a uma necessidade fundamental do homem, a arte é cultura. É importante afirmar que a arte é um campo de conhecimento, com conteúdo específico que o professor precisa dominar. Como todo conhecimento se constrói, propiciar oportunidade para construir, é tarefa do professor. Ela também é a garantia do lúdico na escola, e um ambiente lúdico, é o mais adequado para envolver criativamente a criança no seu desenvolvimento e no processo educativo.

A arte deve ocupar um importante lugar na escola, com todo seu poder educativo, com toda a sua alegria e emoção, em nossa concepção de Educação Infantil, tão natural como o é também a criança. A arte na educação afeta a

invenção, inovação e difusão de novas ideias e tecnologias, encorajando um meio ambiente institucional inovado e inovador. (BARBOSA, 2002 p.2)

No entanto sabe-se que a arte não tem um lugar de destaque nas escolas, visto que o profissional em educação não se sente preparado para desenvolver os trabalhos relacionados a esta modalidade. A indiferença com que à arte é tratada faz crer que a mesma não tem muita importância no conjunto de disciplinas que são oferecidas aos alunos e os professores ficam sem mínima informação sobre a produção artística da criança, e nem mesmo são motivadas à sua própria produção.

A criança deve ser incentivada a falar sobre as suas produções, a falar sobre as produções dos colegas e de artistas em geral, como pintores, escultores, arquitetos, fotógrafos, estampadores, desenhistas e muitos outros. É importante que a criança, desde a pré-escola, tenha acesso a revistas, livros, fotos, propagandas, para que possa observar e analisar as produções artísticas. O ensino deve ser baseado ao diálogo, no questionamento, ao invés de uma simples exposição.

A obra de arte tem por objetivo comunicar algo ao seu espectador, mas a comunicação só efetiva-se quando o espectador/receptador conhece e reconhece os códigos, quando ele tem intimidade com os mesmos. Quando desde cedo, esteve em contato com a arte e alfabetizou-se com seu convívio prazeroso, não tem dificuldade de compreendê-la e de aprender o que ela tem a lhe oferecer.

A criança tem necessidade de desenhar, dramatizar e manipular tintas, água, terra e outros. Essa necessidade se manifesta logo a partir dos primeiros anos de vida e evolui dos rabiscos para o desenho propriamente dito, para a pintura, imagem com massinha ou argila, a dramatização de situações vividas pelos alunos ou de histórias infantis contadas na escola ou em casa.

Em sua passagem pela escola, professores que não têm acesso à arte oficial produzida divulgada e comercializada nos meios considerados inacessíveis para este, veem a arte, como estando a serviço das classes privilegiadas, daqueles denominados de elite social e que tem acesso aos espaços onde arte é mostrada devido ao seu poder financeiro, social e político. Resta-lhe, então a informação sintetizada e direcionada da mídia, sem muito

sentido educativo e que muitas vezes deturpam os verdadeiros valores da educação com arte.

Assim sendo, o objetivo principal de se ensinar arte, a começar pela educação infantil, é possibilitar o desenvolvimento da personalidade da criança em todos os aspectos, como no intelectual, emocional, social, perceptivo, físico, criativo, pois todos esses elementos estão presentes na hora em que a criança está criando. Através da arte, a criança exprime seus sentimentos, emoções, pensamentos, angústias e principalmente as fantasias criadoras.

Em relação à arte, quanto a sua interpretação, Barbosa (2002, p.38) descreve que:

A história da arte é frequentemente confundida com a apreciação da arte, que consiste numa espécie de exortação estética: deve-se dizer ao estudante o que é bom e o que é mau e a história transforma-se numa espécie de apologia do bom.

Sendo vista como um luxo. Pela dificuldade de acesso à mesma, a arte deixa de ser um dos componentes básicos no processo de formação do educador que por sua vez, deixará de buscá-la fora da escola, por considerá-la desnecessária em sua vida, pois, se a escola, na condição de agente formador e transformador, não apresenta a arte com toda sua riqueza ao educando, não é este que o fará sozinho sem uma convincente motivação.

O encontro real do indivíduo consigo mesmo e com os outros se dá quando ele alcança um nível de compreensão que lhe permita um efetivo sentir, pensar e expressar o mundo, fazendo uso da percepção, da razão e da emoção ampliadas e exercitadas cotidianamente.

A contribuição da arte para o conhecimento interpretativo do mundo, permite que o indivíduo desperte para a conservação da natureza e do mundo cultural em que vive e atua, nos ensinando que “constante interpretação da realidade, resultante do convívio com as diversas a arte é o nome que damos à única atividade humana que pode estabelecer uma ordem universal em tudo o que fazemos e produzimos, em pensamento e em imaginação. Educação pela arte é educação para a paz” (READ, 1986 p.90). É uma leitura de mundo que se constitui numa expressão artística, que se amplia e se irradia por todo o conhecimento, mesmo que não se perceba. Quando a escola não consegue suprir a necessidade de busca de conhecimento do indivíduo, torna-se pequena

para ele, e passa a ser uma mera formalidade em sua formação, por ser obrigatória, infelizmente, são poucas as pessoas que se inquietam com as normas estabelecidas e não se contentam com o que lhes possibilita o currículo escolar.

2.2 A função do educador

A concepção de arte que interessa abordar com as crianças é a de uma prática que procura perceber as emergências de novos territórios e inventar novas relações para operar nos mesmos. Deve-se pensar a arte nas suas mutações, no seu futuro, nas formas virtuais que ela tem e pode assumir. Deve-se utilizar da apreciação, do fazer artístico e da reflexão sobre a arte.

O educador é quem organiza situações de aprendizagem, mas as crianças são quem realizam por si sós ou interagindo com o seu professor e outras crianças o seu processo de aprendizagem. A importância da qualidade dos professores é inegável.

Os verdadeiros educadores têm alma de artista. Deixam as marcas nos pequenos e jovens corações. Todo aquele que vive a docência com entusiasmo, amor e dedicação deixam marcas profundas. Marcas boas gostosas de lembrar. Esses educadores apresentam um carisma próprio de quem encontrou a própria identidade.

Para esses educadores, a arte é orientada e vivenciada através da dança, da música, do teatro, das artes visuais. Devem-se perceber as intenções do artista para fazer apreciação de uma obra de arte. Neste contexto é que auxiliam alunos a gostarem de arte. Deve-se desenvolver neles esse gosto.

No lugar de encarar a criança como um objeto natural, que possui uma natureza verdadeira, imutável e universal, devem-se favorecer as abordagens que pensam a criança na sua relação com o professor e com as outras crianças. Desta forma, em vez de considerar a produção gráfica e plástica das crianças, pode-se abordar o desenvolvimento gráfico como um processo inventivo, como uma produção plástica que implica a utilização de signos visuais, influenciada por determinantes educacionais e culturais.

Considerar que a criança que desenha e pinta está envolvida em um processo de conhecimento de linguagem visual permite que se estabeleçam

relações entre trabalho da criança e o universo da arte. Desde a introdução da educação artística nos currículos das escolas, tem-se enfatizado as ideias da não-interferência por parte do professor com o objetivo de preservar o desenho espontâneo da criança. O significado exato do termo espontâneo nem sempre é claro. Na prática é quase impossível determinar o que é verdadeiramente espontâneo no desenho das crianças, principalmente se elas já estão em idade escolar.

As crianças sofrem influências determinantes de classe, de valores familiares, da escola, enfim da sociedade em geral. Sofrem um bombardeio visual diário, especialmente pelos meios de comunicação de massa interferindo nos seus padrões estéticos. A noção da não-interferência ligada à ideia do desenho espontâneo pode levar o professor a algumas situações falsas.

Se considerarmos espontaneidade aquilo que emerge com mais facilidade em uma situação de não-interferência, chega-se à conclusão de que é mais espontâneo, para muitas crianças, desenhar personagens de história em quadrinhos ou desenhar igual ao colega ou ao professor. O professor fica, então, sem poder lidar de forma eficaz, com estereotipia, outras vezes o professor esquivava-se dos conteúdos do campo da arte, preocupado em não prejudicar a naturalidade da criança.

Pode-se considerar que tudo o que rodeia a criança, inclusive o professor, interfere na sua produção. Partindo deste pressuposto, torna-se necessário ao professor, sendo o mediador do conhecimento, propor situações que levem à criança a criar, a produzir, a fazer leituras de imagens, a apreciar obras de arte, conhecer a vida e produções de pintores famosos e tantas outras atividades ligadas à arte.

Nesta abordagem, o papel do professor é imprescindível. Ele estimula o fazer, a experimentação, a reflexão. Mas deixa para o aluno a oportunidade de encontrar respostas próprias e levantar novas questões relacionadas ao seu interesse. O ensino da arte não deve ser um conjunto de estratégias para que o aluno resolva problemas, cuja solução já é conhecida. Essa abordagem apoia-se na convicção de que em arte não há uma resposta única, a resposta certa para os problemas que podem ser colocadas. As respostas sempre estão por ser inventadas – a ação da criança faz com que alguma coisa emerge de um campo de virtualidade, ganhando atualidade.

Para que a aprendizagem aconteça com eficácia, é necessário que o professor organize situações adequadas e também esteja em permanente estudo, principalmente em reflexão sobre a sua prática pedagógica em sala de aula.

Há muitas coisas que o professor pode e deve ensinar. O fazer artístico, a apreciação de obras de arte, a reflexão sobre a arte, deve ser feita coletivamente. Alunos e professor, juntos construindo suas análises. Há outras coisas que o aluno vai descobrir sozinho, mas sobre aquilo que vai ser inventado, o professor nada sabe, só sabe da possibilidade da invenção. “Se a arte não é tratada como forma de conhecimento, mas como ‘um grito da alma’ não estamos fazendo nem educação cognitiva nem educação emocional” (BARBOSA, 1999, p.150).

A arte está inserida no cotidiano da vida da criança. Ao rabiscar e desenhar no chão, na areia, nas paredes da casa, da escola e nos muros, ao manusear materiais diversos, ao pintar os objetos e até mesmo seu próprio corpinho, a criança está fazendo arte.

Cabe então ao professor, a tarefa de estimular o aluno a entrar em contato com o que não conhece, a ir aonde estão as formas ainda sem nome. O professor é um parceiro que acompanha e auxilia o aluno na construção dos mapas que podem ser feitos deste novo território.

A arte é o conceito que ofertamos á única atividade humana que pode estabelecer uma ordem universal em tudo o que praticamos e produzimos em pensamento e em imaginação. Educação pela arte é educação para a paz.

2.3 A importância da formação de professores para uma educação de qualidade

Segundo NÓVOA (1992, p.9) partindo do pressuposto de que não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores, faz-se necessário repensar a sua prática educativa e os resultados a que a mesma propõe, refletindo sobre uma reflexão fundamental sobre a profissão docente, onde a arte deve estar inserida nas salas de aula, promovendo a alfabetização de forma significativa para professor e aluno.

Ai está a importância do professor estar atualizado, favorece o diálogo, elemento primordial na educação, seja infantil, crianças, jovens e adultos. Ao buscar aprofundar e reformular os conhecimentos sobre a valorização e a importância do professor, faz-se necessário, cada vez mais, analisar a possibilidade de a escola ser a mediadora das práticas pedagógicas que levam o aluno a construção do conhecimento.

Faz-se necessário repensar a prática pedagógica, ressignificando o processo de alfabetização, buscando subsídios que possam levar o professor a ter mais garantias de permanências do aluno na sala de aula. Em todos os momentos, é posto em foco a atuação do professor e as dificuldades que ele encontra em sala de aula, ao buscar em situações de ensino aprendizagem que o seu aluno seja realmente alfabetizado.

Partindo deste pressuposto, leva-se a crer que através da alfabetização interligada a arte, podem-se levar os alunos a uma aprendizagem significativa. Enfatiza-se a necessidade de o professor estar constantemente aperfeiçoando seus estudos para melhor trabalhar em sala de aula, principalmente, nesse trabalho difícil e ao mesmo tempo gratificante, que é a alfabetização.

As novas concepções de aprendizagem e conseqüentemente de ensino supõem domínio pelo educador, de conhecimentos e habilidades específicas. Ao definir sua ação pedagógica, é preciso que o educador conheça bem as relações que podem existir entre ele e o aluno, tirando proveito do fazer artístico, da apreciação e da reflexão sobre obra de arte.

É percebido que na alfabetização, a criança também necessita atuar como sujeito do processo de obtenção da língua escrita. Será um ser ativo na aprendizagem da leitura/escrita, mediante a interação com o meio ambiente, com o outro e consigo mesma.

O professor alfabetizador deve estar preparado para todas as situações que possam ocorrer no contexto escolar, visando uma maior aprendizagem, tanto do aluno quando dele próprio, vivenciando com a criança um tema interessante, incentivando - a com atividades prazerosas de leitura/escrita, buscando sempre o sentido daquilo que se lê e se escreve, interagindo com o objeto do conhecimento que é a linguagem, trocando experiências e estabelecendo relações com as outras áreas de aprendizagem (interdisciplinaridade), que se podem criar condições para que a criança se

alfabetize de forma prazerosa. É pensando e agindo, formulando hipóteses, refletindo e construindo o próprio saber que a criança irá ler e escrever o mundo.

O educador deve estar preparado para aprender, como afirma Perrenoud (2005, p.31) “Ninguém pode substituir o aluno em seu aprendizado”, inclusive, no que tange as práticas educativas. Cabe o professor. Enquanto educador, dinamizar essas estratégias para melhor aprendizagem.

É necessário que o professor reflita os destinos que são construídos ou destruídos nas salas de aula, como também o exame dos saberes que a criança leva para a escola, e, ainda as dificuldades de se lidar com eles.

A formação dos professores precisa ser repensada. É necessário que esteja comprometida em reverter às práticas pedagógicas que ignoram o universo cultural dos alunos. Os professores, tanto aqueles que se encontra em sua formação inicial como os que já estão no exercício profissional, não podem deixar de refletir sobre as múltiplas formas de romper com os estereótipos, preconceitos e discriminação ainda existentes no espaço de sala de aula.

Pressupõe-se que, com aprofundamento de estudos, podem-se chegar às competências pessoais e profissionais que levarão o educador a tornar-se verdadeiramente alfabetizador, podendo chegar à prática educativa, visando ao bem-estar do educando e o bom funcionamento da sala de aula, buscando motivações para ter aulas prazerosas e gratificantes para ambos.

O professor deve buscar sempre mais estratégias que o levarão à melhor prática pedagógica, assim, contextualizar os conteúdos que possibilitarão às crianças assimilarem bem as experiências educativas. A transformação da prática educativa e do saber do professor está ligado à transformação desta identidade pessoal.

Partindo do pressuposto de que alfabetização deveria ser um ato de amor, salienta-se a necessidade de frisar que, o professor alfabetizador deve ser realmente alguém que sinta prazer em alfabetizar. E para que realmente aconteça de forma gratificante é fundamental que as aulas tenham sabor e paixão. Emoção misturada à criatividade. Música e dança, dramatização, teatros, jogos simbólicos. Tudo que leva a criança ao despertar para a vida. Despertar para a emoção.

Atualmente, certos paradigmas são relativos à natureza do ensino, buscando uma definição do que é ser professor. Em todas as situações nota-se o quanto é preocupante a situação do professor alfabetizador e a responsabilidade que o mesmo tem com seus alunos, fazem-se necessário, mais uma vez, observar o quanto pode ser prazerosa a sua prática docente, se o mesmo estiver comprometido verdadeiramente com a educação.

Os professores alfabetizadores devem estar atentos e reinventando a sua prática pedagógica para maior envolvimento no desempenho da prática educativa, orientando, no meio dos saberes, compreendendo verdadeiramente o real e utilizando-se do cotidiano do aluno. Tirando proveito dos trabalhos desenvolvidos através da arte para promover a alfabetização.

2.4 A arte contribuindo no processo de desenvolvimento do cidadão

Para que haja o desenvolvimento do aluno como leitor é preciso tempo, dedicação e planejamento, porque não basta pedir ao aluno que leia ou que passe a gostar de ler. É preciso mostrar-lhe que ler é uma atividade enriquecedora e a única arma que ele terá, durante toda a vida para conhecer o mundo, e perceber que ler não é uma obrigação, e sim uma arte.

É importante dar ao aluno a oportunidade de ter experiências gratificantes com a arte. A escola deve dedicar-se a conquistar o aluno para a cultura. Podemos dizer que esse processo pedagógico é uma espécie de sedução, em que o gosto pela arte nasce do encanto, do prazer das descobertas e não do fato de se estar cumprindo uma obrigação escolar.

As vivências artísticas no campo das artes visuais, músicas, artes audiovisuais, assim como a dança, são essenciais para a vida pessoal. A arte faz parte do despertar dos sentimentos, influenciando na formação do indivíduo como um ser global. Auxilia também na formação de hábitos e disciplina.

Sabe-se que para ensinar arte, é necessário que se viva a arte. Que se sinta. Que se reproduza. Que aprecie e valorize os trabalhos de arte. O papel do educador não é provocar somente as mudanças, mas sim planejar situações e intervenções que auxiliem o aluno na busca das respostas e no pensar o trabalho desenvolvido nas aulas de arte que o auxiliam na utilização da linguagem.

Procura-se nas aulas de arte, a interação da criança com vários suportes, com o contato direto com variadas texturas, tintas, pincéis, dança, música, artes visuais e o fazer artístico, a apreciação e a reflexão sobre a arte. Essa interação, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte (1996, p25), envolve:

- A experiência de fazer formas artísticas e tudo o que entra em jogo nessa ação criadora: recursos pessoais, habilidades, pesquisa de materiais e técnicas, a relação entre perceber, imaginar e realizar um trabalho de arte;
- A experiência de fluir formas artísticas, utilizando informações e qualidades perceptivas e imaginativas para estabelecer um contato, uma conversa em que as formas signifiquem coisas diferentes para cada pessoa;
- A experiência de refletir sobre arte como objeto de conhecimento, onde importam dados sobre a cultura em que o trabalho artístico foi realizado, a história de arte e os elementos e princípios formais que constituem a produção artística, tanto de artistas quanto dos próprios alunos.

Nota-se que a criança que aprende a apreciar obras de arte se identifica muito mais com o fazer artístico. O educador deve ser o mediador do conhecimento, estimulando-a a participar das aulas de forma prazerosa.

Pretende-se atualmente formar cidadãos críticos, criativos e conscientes nas escolas. Para que isso aconteça é necessário organizar propostas de trabalho que possibilitem uma educação de qualidade e que se torne significativa para os alunos no ensino de arte.

A cada dia que o educador se encontra com o seu aluno, vai crescendo na sala de aula a interação professor-aluno. O contato, o diálogo, os momentos de descontração e as aulas de arte só vêm acrescentar a esses momentos divertidos uma significação maior para ambos.

A verdadeira educação deve promover o desenvolvimento integral do ser humano, oportunizar-lhe a liberdade através do conhecimento, auxiliar-lhe nas tomadas de decisões, para que o convívio com seus semelhantes seja produtivo e compromissados para o bem comum. Neste contexto, o trabalho com artes desenvolve a linguagem e auxilia no processo de alfabetização de forma satisfatória.

A criança que, desde cedo, esteve em contato com a arte e alfabetizou-se com o seu convívio prazeroso, não encontra dificuldades em compreendê-la e de apreender o que tem a-lhe oferecer. É necessário assumir práticas contínuas de educação em arte. O professor que trabalha com arte precisa

conhecer as noções e os fazeres artísticos e estéticos dos estudantes e examinar em que medida pode auxiliar na diversificação sensível e cognitiva dos mesmos.

A concepção de uma obra de arte é regida pelos mais nobres sentimentos; o artista também tem o desejo de educar por meio de sua obra. O trabalho com a arte na escola tem uma amplitude limitada, mas ainda assim há possibilidades dessa ação educativa ser quantitativa e qualitativamente bem-feita. A arte enriquece o cotidiano escolar através do bom uso de excelentes recursos pedagógicos.

Sem a educação em arte, a experimentação e a fruição de objetos artísticos, o homem estaciona seu lado sensível, corre o risco da desintegração física e espiritual, de dispersar-se da verdadeira direção e sentido de sua vida. A natureza humana se enfraquece, quando no campo de sua existência, áridas atitudes tomam o lugar na vida, que deveria se ocupar de apreciar o belo, semear e germinar o prazer.

Para que o professor obtenha bons resultados na sua prática educativa, buscando através da arte formar leitores críticos e competentes, é necessário promover a relação família/escola caminhando juntas, de maneira que a criança não seja submetida ao uso incoerente de valores e sentimentos, levando-a a desacreditar na possibilidade de um mundo mais harmônico e fraterno, que pode viver em paz, de acordo com a paz interior de seus habitantes. “Educar é fazer com que os adultos voltem a ser crianças, e esse é o objetivo da arte” (ALVES, 1995. p.101).

3.CONCLUSÃO

Acreditamos que os objetivos principais desse estudo, de mostrar e gerar uma maior compreensão sobre a importância da arte na formação, no desenvolvimento escolar e intelectual a significação e a interpretação da produção artística para a criança foram realizadas.

Afinal, não esperamos fechar essa questão, pois entendemos ser relevante que este pensamento aqui exposto sobre a criança e a arte moderna e contemporânea possa ser ampliado e aprofundado a fim de se encontrarem

soluções que possibilitem indicar um caminho mais acertado para seu melhor entendimento e valorização na sociedade.

Entendemos que o presente estudo abre a perspectiva para novas reflexões e desdobramentos, apontando, entre outras, para a necessidade de trabalhos relativos à educação estética de educadores, educandos e do público em geral. Estudos nessa direção poderão provocar mudanças para melhor entender o percurso da arte.

É importante saber arte e saber ser um bom professor de arte junto a criança para que o trabalho com esta disciplina seja bem desenvolvido. Partindo do pressuposto de que a criança é o agente do processo de desenvolvimento da linguagem escrita, podemos ressaltar a sua grande importância como protagonista no contexto da organização curricular não linear, buscando mais articulações entre conhecimentos e a implantação de uma concepção mais flexível da trajetória do aluno. E, para isso, o professor deve saber desenvolver trabalho de arte que sejam prazerosos para a criança e lhe auxiliem no processo de alfabetização.

A criança transporta para a sala de aula comportamentos adquiridos em seu dia-a-dia que compõem o repertório de ações e formas de interação de que ela dispõe. Nesses comportamentos, incluem-se como de valor principal, as trocas afetivas, a vivência e a expressão das emoções, ingressando nesse contexto, o teatro.

Embora não se tenha um consenso com relação a uma definição sobre o que seja a arte, autores das mais diversas linhas defendem o potencial transformador da arte e a sua característica básica de expressão das sínteses vividas pelo indivíduo, que resultam da sua interação com o mundo circundante.

A capacidade criativa é inerente a todos os indivíduos e esse potencial e o processo a ele vinculado não se restringe à arte. Só se compreende um ato criador, quando existe um comprometimento real com a atividade que se está realizando. Criar é dar existência a algo novo, de maneira que se estabeleça uma relação prazerosa entre quem cria e a coisa criada.

A criança se empenhará na atividade artística, se existir entre ela e o objeto uma relação de intimidade, no sentido de entrega. Assim, o que ela quer expressar, através do teatro, estará intrinsecamente ligado ao processo artístico. A escola, mais especificamente, a educação infantil, tem produzido uma

dissociação no desejo criador da criança, que se vê manipulada e obrigada a executar um produto artístico imposto e programado.

Este trabalho não teve o interesse de contrapor os processos até então desenvolvidos pelos professores, a ideia base foi discutir o assunto apoiado pela literatura pesquisada mostrar que o ensino das linguagens da arte cabe também à escola, embora não apenas a ela, a arte na educação tem sua importância no desenvolvimento cognitivo dos aprendizes, pois o conhecimento em arte expande as probabilidades de percepção do mundo e contribui para uma melhor compreensão dos conteúdos relacionados a outras áreas do conhecimento, tais como matemática, línguas, história e geografia.

Um exemplo mais claro é o melhor entendimento da história, de seus determinantes e desdobramentos por meio do conhecimento da história da arte e dos conceitos sobre os quais, os movimentos artísticos se ampliaram. Não há divisão entre arte e ciência, entre pensar e sentir, entre criar e sistematizar, e a fragmentação do conhecimento são uma falácia que tem estado presente na educação, necessitando ser superada, pois o ser humano é íntegro e total, procurando deste modo contribuir no provável debate sobre este tema.

Esperamos que este estudo possa fornecer subsídios para os profissionais que atuam na Educação Infantil repensarem a sua prática pedagógica, na reconstrução do processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Amália Tavares Bastos. **Releitura, citação, apropriação ou o quê?** In: BARBOSA, Ana Mae (org.). **Arte Educação Contemporânea: consonâncias internacionais**. São Paulo: Cortez, 2005.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva; Porto Alegre: Fundação lochpe, 1991.

BASTOS, Flávia Maria Cunha. **O pertubamento do familiar: uma proposta teórica para a arte|educação baseada na comunidade**. In: BARBOSA, Ana Mae (org.). **Arte Educação Contemporânea: consonâncias internacionais**. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte. Vol. 6 (1ª a 4ª série)**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. **Cenários da Educação Infantil. Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.30, n.2, p. 165-185, jul/dez. 2005.

ERINALDO ALVES. **A Cultura Visual no Ensino de Arte Contemporâneo: singularidades no trabalho com as imagens**. Boletim Arte na Escola, n. 42 (Julho de 2006). São Paulo: Instituto Arte na Escola, p. 5,6.

FRANZ, Teresinha Sueli. **Educação para uma compreensão crítica da arte**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2003.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da Cultura Visual**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

IABELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LOPONTE, Luciana Grupelli. **Gênero, Educação e Docência nas Artes Visuais. Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.30, n.2, p. 165-185, jul/dez. 2005.

NASCIMENTO, Erinaldo Alves do. **Infância, ensino e bom sujeito docente: a perspectiva da cultura visual. Intervenções: Artes Visuais em debate – n.1** (dez. 2006). João Pessoa: Editora Universitária, p. 29-40.

NASCIMENTO, Erinaldo Alves do. **Mudanças nos nomes da arte na educação: qual infância? que ensino? quem é o bom sujeito docente?** São Paulo, 2005, Tese (Doutorado em Artes), Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de, HERNÁNDEZ, Fernando. **A formação do professor e o Ensino das Arte Visuais**. Santa Maria (RS), editora UFSM, 2005.

PENNA, Maura (org.). **É este o ensino de arte que queremos?: uma análise das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais**. João Pessoa: Editora Universitária/CCHLA/PPGE, 2001.

RICHTER, Ivone Mendes. **Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.



CAPÍTULO 06

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR

Silvana Maria Aparecida Viana Santos

Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales (FICS). Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho (CEET Vasco Coutinho).

Endereço: Calle de la Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: silvanaviana11@yahoo.com.br

Ederson Cassiano de Paula

Especialista em Educação Musical – FAVENI. EEEFM NELSON MANDELA.

Endereço: Av. Ângelo Altoé, 888 - Santa Cruz, Venda Nova do Imigrante - ES, 29375-000.

E-mail: edersoncassianodepaula@gmail.com

Edivan Jorge Costa

Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação pela Must University (MUST). Governo do Estado de Roraima, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto (SEED).

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: edivanjorge2000@gmail.com

Ianan Eugênia de Carvalho

Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. CEPI JOÃO XAVIER FERREIRA.

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: ianancolegio10@gmail.com

Marilda Faustino de Andrade Ribeiro

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Secretaria Municipal de Educação da prefeitura de São José de Ribamar/MA.

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: marildaandraderibeiro@gmail.com

Raquel Farias Fuly de Souza

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Fundação Municipal de Educação de Niterói.

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: raquelffs@hotmail.com

Rodi Narciso

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Secretaria Municipal de Educação.

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: rodynarciso1974@gmail.com

Rosane dos Reis Pires

Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociais (FICS). Professora de Educação Infantil Prefeitura Municipal de Mococa SP.

Endereço: Zequinha de Abreu, 121, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: ro.pires0458@gmail.com

RESUMO: A Educação Infantil exerce papel de suma importância no desenvolvimento da criança, incluindo, logicamente, as portadoras de alguém tipo de necessidade educacional especial. Ocorre que, é certo todo o esforço empenhado em desenvolver a inclusão dessas crianças se deu mediante a evidente segregação que se percebia no Brasil, o que afetava o pleno desenvolvimento dessas pessoas. É cediço que até o século XXI o Brasil dividia a escola num sistema de Regular e Especial, sendo vedado ao aluno frequentar os dois tipos de escola. Nos últimos anos essa realidade vem-se modificando graças às propostas de inclusão e a determinação de um sistema uno de ensino, onde só há espaço para um único tipo de escola, a regular. Não obstante isso é cediço que, para garantir essa devida inclusão para alunos que apresentem qualquer tipo de necessidade especial, faz-se necessário o fortalecimento dos professores, vez que, no processo educacional, o professor e sua percepção do que é Educação Inclusiva são fatores que norteiam toda a iniciativa. Assim, entende-se correto o entendimento que prevalece na presente pesquisa acerca da capacitação dos professores e da adequação do sistema educacional em prol da iniciativa de inclusão nas escolas como meio eficaz de aplicação prática da educação Especial, com foco na Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Especial; Educação Infantil; Educação Inclusiva. Necessidades Educacionais Especiais.

ABSTRACT: Preschool education plays an extremely important role in child development, including, of course, the carriers of one type of special educational need. Occurs that is right all the effort committed to advancing the inclusion of these children was made evident by what was perceived segregation in Brazil, which affected the full development of these people. It musty that even the XXI century Brazil divided the school into a Regular and Special system, being forbidden the student attend both types of school. In recent years this reality comes to changing thanks to the inclusion of proposals and the determination of a one school system, where there is only room for a single type of school, regular. Nevertheless it is musty, to ensure that proper inclusion for students who have any kind of special need, it is necessary to strengthen the teachers, since, in the educational process, the teacher and his perception of what inclusive education are factors that guide the whole initiative. Thus means the correct understanding that prevails in this survey about the training of teachers and the adequacy of the education system in favor of the initiative for inclusion in schools as an effective means of practical application of Special Education, with a focus on Early Childhood Education.

KEYWORDS: Special Education; Early Childhood Education; Inclusive Education. Special Educational Needs.

1. INTRODUÇÃO

Certo é que vivemos momentos significativos quanto a valoração da igualdade dos direitos sociais e do exercício da democracia. Temos visto inúmeros exemplos disso no decorrer deste ano de 2014, diante de tantas manifestações ao redor do mundo e do pleno exercício da democracia em quase todos os países. Diante disso, abordaremos a questão dos portadores de necessidades especiais, em particular, as crianças, sob a ótica educacional da inclusão e de como tal conquista pode aprimorar o desenvolvimento deste indivíduo.

Por toda a história percebe-se que o homem primou pela segregação de todos que não se encaixavam no “padrão” que em algum momento fora estabelecido por alguém. Não sendo nenhuma novidade falarmos desse tipo de segregação no âmbito educacional também, pois crianças e adultos com qualquer tipo de necessidade educacional especial sofrem ou já sofreram algum tipo de dificuldade para alcançar o seu pleno desenvolvimento dentro da rede regular de ensino, seja por falta de estrutura, seja por falta de capacitação ou até mesmo por falta de interesse social na causa.

Felizmente, hoje o cenário começa a se alterar, veja-se que vivemos num tempo de transformações e revoluções, e neste sentido têm-se feito leis a fim de garantir os direitos básicos dessas pessoas que por tanto tempo foram negligenciadas.

Destarte, de nada adianta a transformação abstrata se não for posta em prática, o que, quase sempre, se evidencia como falha postura seja dos educadores e professores que a deveriam ter ou das escolas e currículos que nem mesmo abordam a questão, enfim, há ainda um desinteresse social tão forte que nem mesmo toda a carga histórica de descaso é capaz de sopesar.

À aplicação da Educação Especial dentro das escolas regulares chamamos Educação Inclusiva, sendo esta uma iniciativa que permite à escola propor um espaço social para a integração de crianças com necessidades educacionais especiais. É interessante a análise que nos permite olhar para a postura da Educação Inclusiva numa escola regular como a admissão de um método de ensino que considere que todos os alunos, sejam portadores de necessidades especiais ou não, podem necessitar de um acompanhamento

especial e particular em algum momento de seu percurso que o permita o pleno desenvolvimento dentro do ambiente escolar.

Como dito, de nada adianta uma mudança abstrata se não se por em prática o que destina o plano de Educação Inclusiva. Assim, para a total adaptação de um ambiente escolar não é as adaptações físicas temporais que mais importam, e sim a compreensão de toda a comunidade escolar do que é a Inclusão e de como ela deve ocorrer para que seja efetiva e realmente acabe de vez com a segregação social dentro do ambiente educacional.

Não adianta responsabilizar ou creditar ao diretor ou o professor, ou até mesmo o educador especial, pois não são raros os professores que não possuem capacitação por falta de informação ou até mesmo por falta de interesse, todo o processo de desenvolvimento inclusivo dentro da escola. Não seria possível, nem mesmo justo com os alunos que necessitam deste auxílio que os responsáveis pela correta aplicação do plano de inclusão fosse uma ou umas poucas pessoas. Há a necessidade do comprometimento real e expressivo nesse projeto, vez que não é só dentro dos muros da escola que a criança irá enfrentar dificuldades.

É cediço que as dificuldades do aluno portador de necessidades especiais são contínuas e constantes, não devendo estar alheia à isto a escola, pois sabe-se que para se atingir a educação de qualidade e o desenvolvimento pleno dessas pessoas faz-se mister a concretização e o reconhecimento do espaço individual para o desenvolvimento.

2. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Hoje temos no Brasil a regulamentação acerca do sistema educacional a ser seguido, o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2020). Sendo constante neste, dentre outras, a meta e inclusão que estabelece a função da Educação Especial dentro das escolas.

Torna-se evidente que dentro deste Plano Nacional de Educação, que a partir de agora referir-mo-nos somente como PNE, encontra-se os alvos da Educação Especial, como sendo o mais importante a Educação Inclusiva, pois permite o ingresso e o apoio de crianças com deficiência (intelectual, física,

auditiva, visual e múltipla), Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades, no ensino regular.

A política pela qual prima o PNE busca assegurar a participação e aprendizagem dos alunos na rede regular de ensino, atendendo assim ao princípio constitucional da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, bem como a continuidade de estudos.

A evolução que este plano proporciona para o desenvolvimento social desses alunos pode ser analisada com ampliação do número de matrículas nos últimos anos, bem como a valorização profissional do professor.

Há ainda a possibilidade de, no caso de aluno apresentar necessidades específicas, devido às suas próprias características, poderá recorrer a recursos diferenciados como necessidades educacionais especiais (NEE), de acordo com o que se apresente.

A Educação inclusiva tem sido um caminho importante para abranger a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça uma proposta ao grupo (como um todo) ao mesmo tempo em que atenda às necessidades de cada um, principalmente àqueles que correm risco de exclusão em termos de aprendizagem e participação na sala de aula.

Tal entendimento vai de encontro com a proposta de educação para todos, vez que amplia a visão sobre o conceito e as necessidades educacionais e passa a valorar o social como um todo. Neste sentido, afirma Oliveira:

“(...) do ponto de vista do sistema educacional, lutar contra a exclusão social é ajudar a criança a ampliar, desde cedo, sua relação com o saber, a dominar diferentes linguagens, valores culturais, padrões estéticos e éticos e formas de trabalho baseadas em preceitos científicos, além de propiciar-lhe o conhecimento de algumas das tecnologias presentes em sua cultura. Nesse processo, cada criança se constitui como sujeito único. (2002, p. 43).”

Assim, a criança com necessidades especiais pode participar das mesmas atividades que as outras crianças, uma vez que suas necessidades são iguais às das outras crianças: atenção e atividades que possibilitem o desenvolvimento de capacidades e habilidades de acordo com o ritmo próprio.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROJETO PEDAGÓGICO

São vários os fatores que podem impedir ou dificultar a inclusão e o

acesso de alguns alunos ao ensino regular, sendo que estes se relacionam com diversos campos e dimensões da vida escolar da criança.

Os próprios educadores são os primeiros a reconhecerem que a diversidade humana por si só já compõe fator de dificuldade diante do sistema educacional, vez que este precisa ser reformado de forma a garantir um estudo integral e de qualidade para o desenvolvimento dos educados. Reiterando o que fora dito outrora, não adianta dizer-se uma escola inclusiva se as práticas cotidianas não o permitem afirmar verdadeiramente. Neste sentido, insta salientar a importância dessa operacionalização quanto ao projeto pedagógico desenvolvido nas escolas, vez que, para que se atenda ao proposto, os mesmos necessariamente devam ser inclusivos e pensados para tanto.

A inclusão deve ser tal que todas as crianças possam ter acesso ao aprendizado por todo e qualquer meio que a escola possa oferecer.

Certo é que, não se fará sem interesse tal modificação, assim, a reestruturação física, a inclusão de recursos tecnológicos, a capacitação profissional para o ensino especial é imprescindível. Não obstante saibamos das dificuldades de implementação desses recursos nas nossas escolas hoje. Além da compreensão e incorporação desses serviços na escola regular são necessárias alternativas relativas à organização, ao planejamento e à avaliação do ensino.

Questão de suma importância nesse sentido também é a formação de professores para a inclusão, sendo indispensável para a transformação da Educação a existência de profissionais preparados para tal prática. De modo que, a assistência as necessidades dos alunos não se restrinjam a isso, mas possa também atingir o ponto da construção do saber efetivo.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais faz parte do paradigma de uma sociedade democrática, comprometida com o respeito aos cidadãos e à cidadania. Esse paradigma, na escola, apresenta-se no projeto pedagógico que norteará sua ação, explicitará sua política educacional, seu compromisso com a formação dos alunos, assim como, com ações que favoreçam a inclusão social.

É o projeto pedagógico que orienta as atividades escolares revelando a concepção da escola e as intenções da equipe de educadores. Com base no projeto pedagógico a escola organiza seu trabalho; garante apoio administrativo,

técnico e científico às necessidades da Educação inclusiva; planeja suas ações; possibilita a existência de propostas curriculares diversificadas e abertas; flexibiliza seu funcionamento; atende à diversidade do alunado; estabelece **redes de apoio**, que proporcionam a ação de profissionais especializados, para favorecer o processo educacional.

A sala de aula é o ambiente de concretização do projeto, portanto, deve ser este o local mais influenciado pela dinâmica e eficácia do ensino e da aprendizagem.

4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao analisarmos a trajetória do ensino da educação infantil no Brasil da educação especial, podemos perceber pontos em comum, haja vista ambas terem sido muito estigmatizadas ao longo da história, bem como a transferência da responsabilidade destes institutos para instituições não governamentais, vez que nem o Estado nem a Sociedade se achavam, responsáveis por eles.

Durante o século XX, crianças de zero a seis anos eram atendidas pelas creches, estes, bem como espaços destinados para crianças com algum tipo de deficiência cumpriam apenas o papel de manter a vida dessas crianças da forma como estavam, sem nenhum interesse no seu desenvolvimento.

Assim, tanto a educação infantil como a educação especial sempre tiveram um papel compensatório na vida das crianças, deixando-as limitadas quanto ao seu desenvolvimento e incompletas com relação à qualidade da educação dispensada a elas.

Contudo estudos preliminares têm apontado que a educação de crianças, respeitando as suas diversas necessidades, é possível, mas não é um processo simples e não se reporta apenas ao combate às práticas discriminatórias na recepção dos alunos na escola, pois “dúvidas em relação ao que representa a inclusão são enormes no meio acadêmico e prático” (DRAGO, 2011). A introdução do aluno com deficiência visando ao cumprimento das determinações legais ou exigência dos pais pode acarretar em uma participação escolar à margem do sistema educacional, onde estes alunos não interagem com seus pares ou são vítimas de maus tratos e bullying; crianças que estão na escola apenas para a socialização e não recebem uma educação formal, ou seja, uma

“inclusão excludente”, pois a escola inclui sem dar condições para que este aluno se perceba como pertencente daquele meio. Salientamos que o ambiente escolar ideal para a criança com deficiência deve ser um espaço rico e desafiador, onde a interação com os demais colegas concorra para o desenvolvimento de suas potencialidades, possibilitando a construção e a troca de saberes e valores.

Quando nos referimos então à rede privada, parece contraditória a ideia de inclusão, uma vez que a Educação Infantil particular exclui, por princípio, aqueles que não podem pagar as mensalidades. Portanto, o requisito de que tal instituição inclua um aluno deficiente em nome da inclusão parece-nos enganosa, pois ela continua mantendo a exclusão de uma grande massa de pobres que não podem custear uma escola privada. Acerca disso Freller assevera:

“(...) a inclusão na escola particular, se feita de forma ética e responsável, não significa receber e incluir todos os alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, mas implica tanto reconhecer às dificuldades e limitações existentes quanto – e principalmente – a disponibilidade para buscar condições para que isso aconteça (...).”

No período da infância é a família da criança com deficiência que escolhe o caminho educacional seguido por esta, os pais precisam não apenas acreditar nos benefícios da inclusão como também reconhecer que seus filhos têm direito a ela. O que observamos é que o número de matrículas de crianças com deficiência nas creches e EMEIs do ensino regular ainda são insignificantes, apesar de um aumento desde 2002, e muitos profissionais da educação continuam orientando e encaminhando crianças com deficiência para as escolas especiais, sendo que, segundo Biaggio (2007) a legislação penal no art. 8º, da Lei nº 7.853/89 diz ser crime de conduta frustrar, sem justa causa, a matrícula de um aluno com deficiência, a exclusão é crime. Com isso o que temos visto é que os professores de educação infantil, por não receberem crianças com deficiência nas creches, escolas e EMEIs, acabam não reconhecendo as vantagens de uma educação inclusiva.

Os defensores da Inclusão acreditam que em se tratando de crianças com deficiência as instituições de educação infantil são espaços privilegiados onde a convivência com adultos e outras crianças de várias origens, costumes, etnias,

religiões, possibilitará o contato desde cedo com manifestações diferentes daquelas que a criança vivencia em sua família ou num ambiente segregativo, permitindo-lhe, assim as primeiras percepções da diversidade humana (ARNAIS, 2003, p.9-10).

Para considerarmos a inclusão na Educação Infantil, precisamos antes refletir sobre a inclusão não somente na creche, na escola ou na EMEI, mas, em todo o sistema educacional. Para que isto aconteça é preciso seguir a uma séria revisão dos objetivos e métodos da educação em nosso país, envolvendo a todos os atores educacionais na proposta de uma sociedade inclusiva.

Portanto, antes de receber o aluno deficiente, é fundamental conhecer o seu histórico e a sua condição. Diagnósticos exatos são de extrema importância e precisam ser respeitados, ainda mais se estes orientarem sobre a melhor maneira de atender o aluno, mas não podem ser confundidos com rótulos reduzindo o educando a determinada condição, como “o autista”, “o deficiente intelectual”, “o TDA/H”, etc. Além disso, os professores devem saber se há utilização de medicamentos, o tempo de duração (quando isso interfere na participação de atividades escolares) e os efeitos colaterais.

Outra questão a ser abordada, neste momento, é com relação à realização de atividades pedagógicas e de avaliação diferenciada para os alunos com necessidades educacionais especiais. A ideia de selecionar os mais capazes sempre esteve presente nas propostas educacionais, todavia os documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2002), destacam a necessidade da adaptação curricular e do processo avaliativo, sendo necessárias adaptações tanto físicas quanto pedagógicas e de pessoal, em virtude das necessidades apresentadas pelos alunos com deficiências.

Por isso durante a realização de atividades e avaliações diferenciadas, o ideal é que a avaliação não seja colocada de maneira a comparar o desempenho entre os alunos, mas sim para verificar o quanto cada aluno (isso inclui todos os alunos e não apenas aqueles com deficiências) evoluiu durante aquele período, e precisa ser coerente com aquilo que acontece no contexto de sala de aula, servindo inclusive de feedback para o professor averiguar se os objetivos estão sendo alcançados ou se novas alternativas precisarão ser adotadas.

O que presenciamos na prática da Educação Infantil é que muitas creches e escolas aceitam crianças com deficiências acreditando que elas apenas necessitam de socialização e brincadeiras, não que estas não sejam importantes, mas é cada vez maior o número de crianças mantidas na Educação Infantil após atingirem a idade de alfabetização e de ingresso no Ensino Fundamental. Em algumas situações quando a criança está com aproximadamente dez anos de idade ou muito grande em comparação aos colegas de cinco ou seis anos, a família é informada de que precisará encontrar outra escola. “Isso ocorre porque o critério de prontidão para a alfabetização tem sido preponderante, na maioria das escolas, para a promoção das crianças da educação Infantil para o Ensino Fundamental” (FRELLER, FERRARI, SEKKEL, 2008, p. 88).

A realização de atividades pedagógicas e o processo de avaliação diferenciado permitem a creche, escola ou EMEI inclusiva considerar cada situação individualmente na hora de tomar decisões. Como, por exemplo, se uma criança com deficiência pertence a um grupo de faixa etária de cinco anos e for para a turma de alfabetização no ano seguinte, alguns fatores devem ser considerados para a promoção ou a permanência dessa criança em um grupo de crianças menores. Esses fatores dizem respeito à maturidade da criança deficiente, seja em relação ao próprio cuidado, como quanto às atividades interacionais com seus pares. Entendemos então que as posições que defendem a promoção direta da criança com deficiência da Educação Infantil para o Ensino Fundamental podem ser perigosas, visto que as condições de cada criança são as mais variadas possíveis; esta transição é um ponto crucial no que se refere aos alunos com deficiências, necessitando de uma discussão mais ampla.

De acordo com Campioni, Brown e Ferrara (1982 apud COLL; MARCHESI; PALACIOS e COLS. 2010, p.46) os alunos com deficiência apresentam sérias limitações em seu desenvolvimento metacognitivo e em sua capacidade para transferir suas aprendizagens. Sendo assim o professor precisa ser capaz de organizar e estruturar as atividades curriculares no auxílio a tais alunos para que possam aprender de forma significativa. Planejar a metodologia e uma das estratégias e os colegas podem ser um poderoso estímulo na construção de aprendizagens durante o trabalho em grupos cooperativos..

A realidade de cada criança deficiente é única. Não existem critérios

gerais de como deve ser o seu ensino. O professor precisa observar e perguntar, analisar e ouvir para compreender as necessidades de cada aluno, os sentimentos e os seus pontos de vista, estando atento sempre às relações que esses alunos estabelecem com seus colegas nos momentos de atividades e de recreação. As ações dos colegas diante dos alunos com deficiência se mostram como um fator decisivo para a inclusão social. As atitudes das crianças dependem, em grande parte, das atitudes observadas em seus pais e nos professores, mas programas educacionais que favorecem a comunicação e o conhecimento contribuem de forma significativa para facilitar o processo de inclusão social nas escolas.

Um dos aspectos a se considerar dentro da proposta da Educação Inclusiva na Educação Infantil é a diminuição do número de alunos por sala, de maneira a facilitar à interação dos seus membros e o atendimento as especialidades de cada um. Estudos têm comprovado que a limitação do número de crianças por grupo é fundamental para a qualidade da abordagem aos alunos com deficiências e a realização das atividades educativas diferenciadas.

De acordo com Freller, Ferrari e Sekkel (2008) o número máximo de alunos varia de quinze, para a Educação Infantil, até vinte e cinco no Ensino Fundamental, limitar o número de crianças deficientes em cada grupo é importante porque esse percentual possibilita uma avaliação individualizada dos professores.

5. APOIO EXTERNO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os sistemas de apoio começam na própria escola, na equipe e na gestão escolar. O aluno com necessidades especiais não é visto como responsabilidade unicamente do professor, mas de todos os participantes do processo educacional. A direção e a coordenação pedagógica devem organizar momentos para que os professores possam manifestar suas dúvidas e angústias. Ao legitimar as necessidades dos docentes, a equipe gestora pode organizar espaços para o acompanhamento dos alunos; compartilhar entre a equipe os relatos das condições de aprendizagens, das situações da sala de aula e discutir estratégias ou possibilidades para o enfrentamento dos desafios. Essas ações

produzem assuntos para estudo e pesquisa que colaboram para a formação continuada dos educadores.

A **família** compõe a rede de apoio como a instituição primeira e significativamente importante para a escolarização dos alunos. É a fonte de informações para o professor sobre as necessidades específicas da criança. É essencial que se estabeleça uma relação de confiança e cooperação entre a escola e a família, pois esse vínculo favorecerá o desenvolvimento da criança.

Profissionais da área de saúde que trabalham com o aluno, como fisioterapeutas, psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos ou médicos, também compõem a rede. Esses profissionais poderão esclarecer as necessidades de crianças e jovens e sugerir, ao professor, alternativas para o atendimento dessas necessidades.

Na perspectiva da **Educação inclusiva**, os apoios centrais reúnem os serviços da Educação especial e o **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. São esses os novos recursos que precisam ser incorporados à escola. O aluno tem direito de frequentar o AEE no período oposto às aulas. O sistema público tem organizado **salas multifuncionais** ou salas de apoio, na própria escola ou em instituições conveniadas, com o objetivo de oferecer recursos de acessibilidade e estratégias para eliminar as barreiras, favorecendo a plena participação social e o desenvolvimento da aprendizagem.

“Art. 1º. Para a implementação do Decreto no 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos; Art. 2º. O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem; Parágrafo Único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na Educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (CNB/CNE, 2009).”

Ainda que não apresente números consideráveis, a inclusão tem sido incorporada e revela ações que podem ser consideradas práticas para apoiar o professor. Ter um segundo professor na sala de aula, é um exemplo, seja

presente durante todas as aulas ou em alguns momentos, nas mais diversas modalidades: intérprete, apoio, monitor ou auxiliar. Esse professor poderá possuir formação específica, básica ou poderá ser um estagiário. A participação do professor do AEE poderá ocorrer na elaboração do planejamento e no suporte quanto à compreensão das condições de aprendizagem dos alunos, como forma de auxiliar a equipe pedagógica.

Outra atividade evidenciada pela prática inclusiva para favorecer o educador é a adoção da práxis - no ensino, nas interações, no espaço e no tempo - que relacione os diferentes conteúdos às diversas atividades presentes no trabalho pedagógico. São esses procedimentos que irão promover aos alunos a possibilidade de reorganização do conhecimento, à medida que são respeitados os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem.

Vale ressaltar que a Educação inclusiva, como prática em construção, está em fase de implementação. São muitos os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e as alternativas realizadas pelos educadores são fundamentais. As experiências, agora, centralizam os esforços para além da convivência, para as possibilidades de participação e de aprendizagem efetiva de todos os alunos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil é um processo cultural, aonde através de métodos, didáticas e técnicas específicas conduzimos os alunos a desenvolver relações de respeito mútuo, justiça, solidariedade, igualdade, tornando a criança pensante e autônoma das suas ações e atitudes na sociedade.

A inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil é uma prática nova, apesar desta modalidade educacional ter sido incorporada ao ensino básico a mais de uma década, cresce a cada ano, mesmo com a pouca oferta de vagas, e com esta o desafio de garantir uma educação de qualidade a todos os alunos. Nas creches e escolas Inclusivas, sejam estas da rede pública ou privada, os educandos e educadores aprendem a conviver com a diversidade tornando-se cidadãos solidários. E, neste contexto, o respeito à diversidade, as diferenças, torna-se o fundamento para o sucesso da educação inclusiva, onde

a oportunidade de acesso e permanência é igual para todos e os métodos, estratégias e currículos são adaptados de acordo com as necessidades de cada aluno.

Devemos considerar que a faixa etária de zero a cinco anos é um momento crucial e importante do desenvolvimento humano é que a educação infantil por isso deveria receber uma maior atenção do poder público no que diz respeito à valorização, a formação e a qualidade dos professores, garantindo desta forma o cuidado e a educação necessária a estas crianças, incluindo as que possuem algum tipo de deficiência.

Na questão da formação e capacitação dos professores que trabalham com alunos deficientes na educação infantil, consideramos que atuar com a diversidade em sala de aula pressupõe conhecimentos e disponibilidade para aceitar o novo, o diferente. Esta formação deve incluir conteúdos sobre os fatores que levam a deficiências e as necessidades especiais apresentadas pelos alunos, temas estes que devem fazer parte de cursos de capacitação, graduação e pós-graduação, assim como vincularem-se a prática destes profissionais.

O que podemos concluir na pesquisa realizada é que a realidade educacional referente à inclusão da criança deficiente na educação infantil, ainda é ambígua, paradoxal e mal-entendida pelos atores do processo educativo nos aspectos social, afetivo e cognitivo. Quanto ao paradigma da Inclusão este processo muitas vezes não tem se refletido na prática pedagógica nestes espaços educacionais, pois conceitos como “Inclusão”, “Integração” e “Educação Especial” tem se confundido no cotidiano destas creches, escolas e EMELs revelando ações que conotam o exercício da integração nestas unidades; ressaltamos como um dos empecilhos a educação inclusiva a discriminação e o preconceito presente muitas vezes nos atos e palavras dos educadores infantis, atitudes estas resultado da ignorância sobre a deficiência do aluno e do medo e incapacidade de lidar com uma situação de inclusão na sala de aula.

A inclusão escolar no contexto da Educação Infantil é possível, contudo este é um caminho repleto de desafios a serem enfrentados por nós cidadãos, educadores e pais, com conhecimento, determinação e amor. Finalizamos este trabalho com a citação de Maria Teresa E. Montoan a este respeito.

Essas revisões teóricas, em conjunto com a legislação vigente e os estudos acerca da educação infantil e as concepções de criança,

podem contribuir para que a criança deficiente assuma seu papel de cidadão de direitos, afinal, “como nos ensinou Arendt (1997), a criança é a possibilidade de que esse amanhã seja melhor, desde que não a abandonemos e a excluamos, com tudo o que ela traz de novo e surpreendente, na originalidade de seu ser e na singularidade imprevista de seu viver” (MANTOAN, 2006, p.185 apud DRAGO, 2011, p. 72).

A escola legitima a divisão social, racial e sexual do trabalho, uma vez que o conhecimento escolar é distribuído de forma desigual, conforme os diferentes grupos e classes sociais.

O que queremos mostrar é que a escola efetivamente não tem cumprido a sua função social: transmitir conhecimentos factuais, habilidades e valores, como, por exemplo, a honestidade, e o orgulho da própria herança racial; saber aprender mais, mesmo depois que a escolarização formal tiver terminado; ser intelectualmente aberto; ver-se a si mesmo como parte de uma comunidade democrática; agir cooperativamente.

A nossa escola tem funcionado muito mais como reprodutora da ideologia do grupo dominante do que como difusora do saber. Na verdade, ela cumpre o seu papel de transmissora de conhecimentos apenas para uma minoria que pode "fazer carreira" através da escolaridade que recebe, porque para a maioria, nossa escola é uma fábrica de obstáculos, ao invés de funcionar como uma linha auxiliar de superação.

Urge, portanto, uma mudança de atitude, que eu diria, primeiramente de caráter ideológico e, depois, de caráter pedagógico. Esta mudança implica uma mudança de postura que possa, efetivamente, encarar o filho do trabalhador como uma peça fundamental para o nosso desenvolvimento.

É necessário que se reconheça o seu direito de adquirir conhecimentos. É preciso que o professor seja despreconceituado em relação a este aluno e perceba que é de fundamental importância para o processo de transformação desta sociedade, que o filho do trabalhador tenha acesso ao saber elaborado da escola.

É necessário também que haja uma mudança quanto à forma de se transmitir o conhecimento, tanto a nível pedagógico quanto ideológico, aliás, o próprio conteúdo deve mudar para atender às reais necessidades do aluno e da sociedade em que se insere. Que o conteúdo transmitido não seja desligado da prática, mas que parta da realidade, da vivência, da experiência do educando.

Que seja uma escola que ensine, sobretudo, a pensar, raciocinar, desenvolver o juízo crítico, conhecer a realidade em que se vive e suas contradições.

Não se trata de uma pedagogia de compensação, ou seja, transformar o filho do trabalhador em burguês. Aceitando que diferença não é inferioridade, pensamos que uma nova pedagogia terá que ser formulada. Ela não sairá de gabinetes nem de cabeças iluminadas, mas da diversidade. Diversidade de ideias, saberes e experiências. Após toda a análise do presente, entende-se que é preciso uma reflexão sobre as atitudes, de todos os envolvidos e interessados no processo ensino-aprendizagem. Entende-se ainda que um problema só pode ser passível de solução quando o tomamos como nosso. Faz-se necessário rever as atitudes e postura ética diante da situação não esquecendo a responsabilidade acadêmica, indispensável para o comprometimento com a qualidade do ensino, sempre enfatizando valores e princípios do profissional da educação.

Infelizmente, o que se verifica na conjuntura atual do ensino básico e não precisa ir tão longe, é uma postura apática e, no mínimo, displicente de alguns profissionais da educação. Não há uma preocupação por se modificar e até mesmo revolucionar o ensino inclusivo na escola regular, os Parâmetros estão aí, são subsídios aplicáveis, não podemos deixar de evidenciar que há realmente uma espécie de comodismo por parte de todos os profissionais (gestores, professores e autoridades responsáveis), mas, sobretudo aos professores cabe, lembrando a “postura ética”, não se deixar ser conduzido e sim contribuir com eficácia para a construção ou reconstrução de um ensino ineficaz.

Para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. V. 1.

BRASIL, Ministério da Educação (a). Secretaria de Educação Especial. *O que é Educação Especial*.

DRAGO, Rogério. *Inclusão na Educação Infantil*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

FRELLER, Cintia C.; **FERRARI,** Marian A. de L. D.; **SEKKEL,** Marie C. *Educação Inclusiva: percursos na educação infantil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

KUHLMANN JR., M. Educação infantil e currículo. In: **FARIA,** A.L.G., **PALHARES,** M.S. (Org.). *Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1999.

LEONARDO, N. S. T.; **BRAY,** C. T.; **ROSSATO,** S. P. M. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.15, n.2, p.289-306, 2009.

Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

OLIVEIRA, Z. M. R. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

Presidência da República, Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1998.

ZÓRTEA, Ana M. *Inclusão na Educação Infantil: as crianças nos (des) encontros com seus pares*. 2007. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.



CAPÍTULO 07

VIOLÊNCIA ESCOLAR: RAÍZES DA DELINQUÊNCIA WINNICOTTIANA NA ESCOLA

Leonardo Simões dos Santos

Doutorando em Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS. Clínica de Psicologia Sofia - Guarulhos/SP.

Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: leo_simoes2001@yahoo.com.br

Camila Sabino de Araujo

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Secretaria Municipal de Educação.

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: camissabino@gmail.com@gmail.com

Franciele de Carvalho Ferreira

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: francarvalho051186@gmail.com

Ianan Eugênia de Carvalho

Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. CEPI JOÃO XAVIER FERREIRA.

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.

E-mail: ianancolegio10@gmail.com

Luzia Cecilia da Silva Cunha

Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). C. E.E.F.M.T.I Bráulio Franco - Muniz Freire – ES.

Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: luziaceciliasilva@gmail.com

Ricardo Furtado de Oliveira

Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciências Sociales (FICS). Escola Municipal Beatriz Rodrigues da Silva.

Endereço: Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: ricardopsicologo@semed.palmas.to.gov.br

Rodi Narciso

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Secretaria Municipal de Educação.

Endereço: 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos.
E-mail: rodynarciso1974@gmail.com

Silvana Maria Aparecida Viana Santos

Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho (CEET Vasco Coutinho).

Endereço: Calle de la Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.

E-mail: silvanaviana11@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo visa apresentar a violência escolar como um reflexo da violência estrutural que se desenvolveu ao longo dos séculos se instaurando na sociedade. Como consequência dessa violência, surge a figura do delinquente winnicottiano no contexto escolar que é a figura estigmatizada, agressora, problemática, com séria desintegração familiar, com comportamento antissocial que ainda não foi tratado. Para Donald Woods Winnicott o ambiente precisa ser acolhedor ou suficientemente bom para sua construção, cuja falha desse lar, conseqüentemente forma um delinquente. A falta desse lar suficientemente bom, possui reflexos, como desempenho escolar ruim, vícios, atitudes agressivas, baixa autoestima, entre outros problemas. Nesse contexto surge o objetivo deste artigo que é analisar como a delinquência winnicottiana afeta o ambiente escolar. A pesquisa é de cunho bibliográfico, segue a linha de investigação: Currículo, ensino e aprendizagem da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales.

PALAVRAS-CHAVES: Violência escolar; Delinquente; Contexto escolar; Comportamento Antissocial.

ABSTRACT: This article aims to present school violence as a reflection of the structural violence that has developed over the centuries and established itself in society. As a consequence of this violence, the figure of the Winnicottian delinquent emerges in the school context, which is a stigmatized, aggressor, problematic figure, with serious family disintegration, with antisocial behavior that has not yet been treated. For Donald Woods Winnicott, the environment needs to be welcoming or good enough for its construction, the failure of which results in a delinquent home. The lack of a good enough home has consequences such as poor school performance, addictions, aggressive attitudes, low self-esteem, among other problems. In this context, the objective of this article arises, which is to analyze how Winnicottian delinquency affects the school environment. The research is of a bibliographic nature, following the line of investigation: Curriculum, teaching and learning of the Facultad Interamericana de Ciencias Sociales.

KEYWORDS: School violence; Delinquent; School context; Antisocial Behavior.

1. INTRODUÇÃO

A violência na sociedade é vista e sentida por todos diariamente, de forma estruturada e repetitiva. Essa violência não é algo novo e, chegou às escolas do Brasil e do mundo, nas suas expressões mais sérias aparecem como massacres.

O artigo está estruturado em dois capítulos, sendo o primeiro: Concepções de Violência e Violência escolar. Quando se conceitua violência, logo se pensa na agressividade, tortura, etc., porém nunca como uma reprodução de um sistema que utiliza como forma de controle e poder, as punições, suplícios, entre outras formas de reprodução estrutural.

O segundo capítulo apresenta a delinquência winnicottiana como uma consequência de um lar totalmente desestruturado e o delinquente que busca no ambiente escolar os ganhos primários e secundários a fim de satisfação, expressando, muitas vezes, por meio de atos agressivos e sem limites. O ambiente familiar é a base para que a criança ou adolescente tenha um desenvolvimento saudável e sua estadia nos anos escolares sejam bons, a fim de que a violência diminua e a escola seja um ambiente de ensino e aprendizagem.

2. CONCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência na sociedade é uma realidade alarmante que assola todos os cidadãos. De acordo com Assis (2010, p. 11) a violência na sociedade contemporânea é visível e invade subjetiva a vida de todos, interferindo nos desejos, nas ações e nas opções tomadas por indivíduos e instituições.

No caso da violência estrutural e da violência escolar, o mecanismo segundo Lyra ocorre da seguinte forma:

Não obstante a história do sistema educacional demonstre que a violência é um acontecimento que acompanha desde os tempos imemoriais, praticamente de modo rotineiro e institucionalizado, é fato que atualmente a escola tem sido palco de embates cotidianos, formando um quadro suficientemente conflitivo que a consolida como um grave problema social e de política pública, e não mais como uma mera problemática setorial, de interesse exclusivo daqueles que labutam na seara educacional (LYRA, 2022).

Para Lyra (2022) é uma violência silenciosa ou invisível que se perpetuou

através de décadas e foram herdadas do passado, produto, das contínuas e profundas transformações por que tem passado a sociedade contemporânea.

Sendo assim, é importante analisar as raízes da violência via teóricos: Hanna Arendt, Erving Goffman, Michael Foucault, Pierre Bourdieu e Erich Fromm.

A análise de violência e a agressividade no conceito de Erich Fromm (1973), no livro “Anatomia da destrutividade humana”, a agressividade não é algo apenas biológico, mas os indivíduos apresentam formas patológicas de agressividade que partem também de um contexto socio-cultural. Para Fromm existe vários graus de destrutividade, ele os relaciona a fatores psíquicos aos aspectos sociais que foram se desenvolvendo no tempo.

Segundo Foucault (1987, p. 13) no livro “Vigiar e Punir”, uma das formas de controle penal mais velada é a violência, que chega através da punição, sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não a sua intensidade visível; a certeza de ser punido é o que deve desviar o homem do crime.

Alguns termos muito comuns em Foucault (1987) como: tortura, suplício, ilustram o *modus operandi* da barbárie. A tortura que ele traduz como violência física para arrancar uma verdade, que de qualquer maneira, para valer como prova, tem que ser seguida e repetida, diante dos juízes, a título de confissão “espontânea”.

Já o suplício:

Pelo lado da justiça que o impõe, o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo. O próprio excesso de violência cometida é uma das peças de sua glória: o fato de o culpado gemer ou gritar com os golpes não constitui algo de acessório e vergonhoso, mas é o próprio cerimonial da justiça que se manifesta em sua força. Por isso sem dúvida é que os suplícios se prolongam ainda depois da morte: cadáveres queimados, cinzas jogadas ao vento, corpos arrastados na grade, expostos a beira da estrada (FOUCAULT, 1987, p. 37).

Foucault (1987) aborda sobre o suplício penal, que corresponde a qualquer punição corporal, mas é uma reprodução diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune. Nos excessos dos suplícios, se investe toda economia do poder.

No livro a “Microfísica do Poder”, Foucault (2006, p. 120) salienta que o poder não se exerce sem que custe alguma coisa, para o autor a violência é uma

demonstração de poder, um exemplo é o período monárquico, a justiça só prendia uma proporção irrisória de criminosos e se utilizava do fato para dizer: é preciso que a punição seja espetacular para que os outros tenham medo.

Nesta mesma linha da violência como espetáculo, Goffman (1985) em seu livro: “A representação do eu na vida cotidiana”, parte do princípio da arte para explicar a sociedade e os indivíduos representando seus devidos papéis para se ajustarem socialmente e terem aprovação dos outros, a forma que ele vive em sociedade.

Em suas palavras:

Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser. Concordando com isso, há o ponto de vista popular de que o indivíduo faz sua representação e dá seu espetáculo para benefício de outros (GOFFMAN, 1985, p. 25).

Na vida cotidiana os papéis são representados com seus personagens, com suas plateias, assim como, funciona o mecanismo da violência, que possui seus atores: agressor e vítima, e a plateia que são chamados na linguagem escolar de espectadores.

Infelizmente na representação de Goffman (1985, p. 25), os atores podem acreditar nos papéis que representam, passando a ser uma realidade aquele papel, conforme ilustra, num dos extremos o ator pode estar inteiramente compenetrado de seu próprio número e convencido de que a impressão da realidade que encena é verdadeira realidade. Quando seu público também está convencido deste modo a respeito do espetáculo.

Pierre Bourdieu (2005) caminha numa linha muito próxima de Foucault (2006), aborda sobre o poder simbólico que são instrumentos de dominação da luta simbólica entre as classes. O sistema simbólico é concebido como instrumento de conhecimento e de comunicação, que exercem poder estruturante porque são estruturados. É um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem e um sentido imediato.

Para Oliveira et al. (2017, p. 103) a violência simbólica na sociedade e no campo escolar, ocorre sem a necessidade de coerção física, a violência

simbólica ocorre de forma velada, sendo praticada de maneira inquestionável pela aceitação da legitimação do poder simbólico.

Hanna Arendt (2022, p. 26) faz uma distinção de poder e violência, ressalta que o poder tem a necessidade de números, enquanto que a violência pode, até um certo ponto, passar sem eles por basear-se em instrumentos. O governo da maioria sem restrições legais, ou seja, uma democracia sem constituição, poderia agigantar-se na supressão dos direitos das minorias e agir com muita eficácia ao sufocar as dissensões sem qualquer uso de violência. Porém isso não significa que a violência e o poder sejam uma mesma coisa.

Segundo Arendt (2022, p. 27), poder, força, autoridade e violência, são os meios pelos quais o homem governa outro homem, são sinônimos e possuem a mesma função.

Poder, em sua concepção corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo, jamais é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanecerá enquanto o grupo estiver unido. Força: que usamos frequentemente no linguajar diário como sinônimo de violência, especialmente quando a violência é usada como meio de coerção. Autoridade: relativa ao mais indefinido desses fenômenos e, portanto, como termo, objeto de frequente abuso, pode ser aplicado às pessoas na existência da autoridade pessoal, como, por exemplo, na relação entre pai e filho, entre professor e aluno. E, por fim. Violência: distingue-se por seu caráter instrumental. Do ponto de vista fenomenológico, a violência está próxima do vigor, uma vez que os instrumentos da violência, como todos os demais, são concebidos e usados para o propósito da multiplicação do vigor natural até que, no último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo (ARENDR, 2022, p. 27).

Esse sentido pedagógico da violência atribuí a configuração de uma sociedade violenta. Cria o molde de um comportamento de dominação do outro, negando os direitos e a emancipação social na relação humana do sujeito ou dos grupos dominados. É uma alteridade negada, criando um ciclo vicioso entre poder, força, autoridade e violência social.

A máxima: “violência gera violência” é uma realidade quando se faz uma análise das definições dos autores acima citados, eles dão base para violência escolar, conforme se vê no próximo subitem sobre violência escolar.

1.1 Violência escolar

A escola é um dos espaços mais significantes para a formação do indivíduo e um dos principais espaços para formação da subjetividade, acredita-se que é uma das instituições de socialização mais importante depois da família.

Sendo assim, a escola conforme explica Lyra (2022) se vale da disciplina como mecanismo de manutenção e ordem e do comportamento dos indivíduos que estão sob seus cuidados, mediante a adoção de um conjunto de normas e sanções, bem como de outros controles informais.

Há muito já se identificou, sobretudo a partir dos ensinamentos de Michel Foucault, que essa disciplina manejada no espaço escolar não significava uma simples ferramenta para obtenção da obediência e do bom comportamento do corpo discente. Consistia sim, numa técnica refinada de poder, voltada para o controle do corpo e da mente do indivíduo, a fim de que este, dócil e eficazmente, respondesse a necessidade do modelo vigente (LYRA, 2022, p. 74).

Essa técnica de poder se faz presente em diversos setores da sociedade, não somente na escola, mas na família, trabalho, prisões, etc.

Conforme Segal (2014, p. 19) “os recursos punitivos e de violência vividos nas instituições do passado pelo Estado, igreja, família e escola eram revestidos de uma autoridade inquestionável, principalmente na época do governo da ditadura militar, onde as autoridades não eram questionadas, inclusive a figura do professor”.

Porém a violência na sociedade é entendida apenas quando relacionada aos atos agressivos, crimes, guerras, etc. Por isso Miriam Abramovay pesquisadora brasileira na linha da violência escolar e bullying entende que:

Não é fácil definir violência, pois é um termo que denomina uma série de situações sociais que foram mudando no tempo, no espaço e de um período histórico para outro. Em sentido estrito, entende-se violência como a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) indivíduo(s) ou grupo(s) e também contra si mesmo. Nesse sentido, a violência deixa de estar relacionada apenas com a criminalidade e ação policial (ABRAMOVAY, 2004, p. 57).

A referida autora (2004) diz que a violência passa a ser alvo de preocupações ligadas à miséria e ao desamparo político, acarretando novas formas de organização social e violência.

Em pesquisa realizada por Abramovay (2004, 61) sobre o grau de violência, a escola é um dos ambientes onde a mesma se manifesta, além da

escola outros ambientes foram pontuados: a família, as ruas, os bailes e shows, jogos de futebol e até mesmo a televisão.

De acordo com Charlot (2002 apud Mattos e Coelho, 2011, p. 196) a questão de violência na escola não é tão nova tendo sido registrada ainda no final do século XIX. As formas que ela assume é que são novas, sendo importante considerar a violência na escola ou que se produz dentro do espaço escolar sem estar ligada a natureza das atividades de ensino.

Charlot (1997) ao conceituar violência escolar, trabalha três níveis, conforme se vê na tabela abaixo:

Tabela 1: Níveis de violência escolar

Níveis	Descrição
1 - Violência:	Golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos.
2 - Incivildades:	Humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito.
3 - Violência simbólica ou institucional:	Compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também é a negação da identidade e da satisfação profissional aos professores, a obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos.

Fonte: Charlot, 1997.

Considerando que a instituição escolar se inscreve na ordem da linguagem e da troca simbólica e não da força física, Charlot (1997) diz que a violência enquanto vontade de destruir, de aviltar, de atormentar, que causa mais problema, que deixa de ser visto como apenas dos alunos e passa a ser também da escola.

Outros autores também trabalham a conceito de violência escolar e até mesmo ampliam o que Charlot (1997) pontua acima, como é o caso de Lago (2019, p. 51). Ele propõe a seguinte diferenciação: violência na escola; violência contra a escola e violência da escola:

1) Violência na escola: se caracteriza por diversas manifestações que acontecem no cotidiano da escola, praticadas entre professores, alunos, diretores, funcionários, familiares, ex-alunos, pessoas da comunidade e estranhos, geralmente violência física; 2) Violência contra escola: é representada pelos atos de vandalismo, incêndios e destruição, roubo ou furtos do patrimônio escolar; 3) A violência da escola: mostra-se por meio de todo tipo de práticas utilizadas pela instituição escolar e que prejudicam seus atores sociais, especialmente os alunos (LAGO, 2019, p. 51).

A diferenciação proposta por Lago (2019, p. 51), da violência, e formas de agressividade que utilizam de força e no ambiente escolar, todas possuem uma raiz histórica conforme visto no subitem anterior, na próxima seção deste artigo verificará que a violência é uma das características do delinquente.

2. DELINQUENCIA WINNICOTTIANA NA ESCOLA

A delinquência winnicottiana na escola tem suas bases no trabalho de Donald Woods Winnicott como consultor psiquiátrico do governo inglês, conforme explica Paiva et al. (2015, p. 897) “atendendo crianças separadas de suas famílias durante os bombardeios oriundos da Segunda Guerra Mundial, enfrentou a confusão gerada pela desintegração maciça da vida familiar dessas crianças, bem como o efeito da separação e perda – destruição e morte”.

Conforme a observação acima de Paiva et al. (2015), um dos resultados da delinquência será o comportamento antissocial que não foi tratado, isso quer dizer que tanto a possibilidade da esperança e criatividade quanto a importância da restituição de um lar suficientemente bom na constituição do sujeito, sublinhando sempre que essa falha terá a delinquência como consequência.

Winnicott no livro “Privação e Delinquência” foi enfático quanto à importância de “um ambiente acolhedor ou um lar suficientemente bom na construção do sujeito e, sublinha sempre que essa falha terá a delinquência como consequência no comportamento das crianças e adolescentes’ (PAIVA et al, 2015, p. 898).

Justo e Buchianeri (2010, p. 124) esclarece que a delinquência, implica uma defesa antissocial mais organizada e sobrecarregada de ganhos secundários. O ganho primário, é a busca materna que deixa de ser relevante, perde-se o vínculo com o objeto e conseqüentemente a culpa passa a ser

imputada ao ambiente. O ambiente lhe deve e o que importa são os benefícios de delito.

Segundo Levisky (2017, p. 169) numa família em que os pais estão ausentes, são omissos, ou pior, indiferentes às vozes de seus membros, agindo de forma repressora, estimula-se o ato delinquencial e a destruição do sujeito na família.

Para Claro (2010, p. 58) no caso da delinquência, a falta contenção e ausência de limites, é como se faltasse a moldura para conter o quadro.

Na definição de Winnicott sobre delinquência:

Na delinquência plenamente desenvolvida [...] o que nos chama a atenção é a necessidade aguda que a criança tem de um pai rigoroso, severo, que proteja a mãe quando ela é encontrada. O pai rigoroso que a criança evoca também pode ser amoroso, mas deve ser, antes de tudo, severo e forte. Somente quando a figura paterna rigorosa e forte está em evidenciar a criança pode recuperar seus impulsos primitivos de amor, seu sentimento de culpa e seu desejo de corrigir-se (WINNICOTT, 2005 apud ONOKO-CAMPOS, 2018, p. 131).

O que Winnicott explica é que a origem de toda delinquência e violência está relacionada e experiência da criança nas etapas iniciais do seu desenvolvimento, que vão ter falhas com a relação parental.

Neste contexto winnicottiano sobre a delinquência, verifica-se a importância das funções parentais para desenvolvimento do sujeito na escola e sociedade.

De acordo com estudo de Assis et al. (2010) com adolescentes cariocas:

Os alunos com o pior desempenho na escola têm menos supervisão familiar, pior relacionamento com os pais e professores, contam com menos apoio em seu ambiente, fazem mais uso de álcool e drogas, cometem mais atos de transgressão social, apresentam problemas psicológicos, têm baixa autoestima, são mais insatisfeitos com a vida e são, em maiores proporções, vítimas de violência na família, na escola e na localidade em que residem. O estudante com mais dificuldades na escola comumente, está emaranhado em situações difíceis. A escola e mais ativamente o professor e a direção precisam estar mais atentos para ajudá-lo (ASSIS et al., 2010, p. 191).

Os apontamentos trazidos por Assis et al. (2010) na teoria winnicottiana seria claramente um caso de delinquência no ambiente escolar, esse estudo mostra o quanto a violência na escola afeta diretamente o desempenho, percebe-se que a violência não é o único aspecto que prejudica, mas é um fator que pesa no desempenho do aluno.

Outro autor que explica sobre as contribuições do ambiente é Mendes (2015):

O contexto familiar tem sido apontado como um preditor do desempenho escolar infantil. Sabe-se que a família pode participar de maneira efetiva na formação do sujeito, o que pode contribuir para a motivação e bom desempenho escolar. Além disso, o suporte ao desenvolvimento da criança pode refletir a disponibilidade e o envolvimento dos pais e familiares na sua vida acadêmica (MENDES, 2015, p. 31).

Um contexto familiar de acolhimento fará toda a diferença na formação do sujeito na teoria winnicottiana, não só fará com que seu desempenho seja melhor com relação ao processo de ensino e aprendizagem, mas também, com relações a violência escolar.

Existe um fator para o delinquente que é o estigma, estudado por Goffman (2004):

Se a criança recebe a informação sobre o seu estigma ao chegar à idade escolar, é possível que ela não seja bastante forte psicologicamente para suportar a notícia e que, além disso, exponha indiscretamente esses fatos a pessoas que não necessitam conhecê-los. Por outro lado, se ela é mantida por muito tempo na ignorância, não estará preparada para o que lhe pode acontecer e, mais ainda, pode ser informada sobre a sua condição por estranhos que não têm nenhum motivo para usar o tempo e o cuidado necessários para apresentar os fatos de uma forma construtiva e confiante (GOFFMAN, 2004, p. 80).

O estigma segundo E. Goffman (2004) é uma condição do indivíduo excluído da aceitação social total, é alguém marcado e desacreditado. O estigma e o preconceito com valores éticos e morais que infringiram de fato a condição humana e a livre convivência social.

Para Goffman (2004) o estigma geralmente é negativo, e entram nessa classificação os delinquentes, os criminosos, os vagabundos, dentre outros. O estigma tem um efeito do descrédito muito grande, considerado muitas vezes como um defeito, uma fraqueza, desvantagem e constitui uma discrepância específica entre identidade social.

Goffman (2004) quando classifica o estigma trata sobre a existência de três tipos de estigmas nitidamente diferentes:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo, as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas, como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício,

alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através da linguagem e contaminar por igual a todos os membros de uma família (GOFFMAN, 2004, p. 07).

Em todos esses exemplos de estigma Goffman (2004) é taxativo em afirmar que se encontram as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.

O delinquente numa situação de violência escolar, seria o agressor neste no contexto winnicottiano. É interessante o comentário tecido por Justo e Buchianeri (2010, p. 124), a delinquência parte da mesma base da tendência antissocial, ela difere nas condutas que gera, nas relações. Não é apenas reaver o objeto perdido, é também o domínio, o poder sobre uma experiência anterior reeditada, por meio do ato repetitivo.

Para finalizar cabe a classificação de D'addario (2019) que dentre os fatores que colaboram para agressividade no ambiente escolar é o fator parental/familiar: "Muitos provém de lares com alta agressividade ou violência doméstica, com falta de afetividade winnicottiana² com a família, especialmente, com relação parental, falta de imposição de limites, comportamentos antissociais, entre outros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência nas escolas e na sociedade é uma herança silêncios do passado que afeta drasticamente a sociedade contemporânea.

Verifica-se algo em comum nas teorias apresentadas a violência possui suas formas de expressão que geralmente é a agressividade que se manifesta por meio das punições (torturas, suplícios, violência físicas, psíquica, etc.) e também essa violência aparece como poder.

² Donald Woods Winnicott (1896-1971) foi um pediatra e psicanalista inglês influente no campo das teorias das relações objetais e do desenvolvimento psicológico.

Já a violência escolar apresenta os elementos da violência estrutural, pois nela se identifica, o poder, as sanções, as punições, esse tipo de violência gera automaticamente mais violência.

Por fim, a análise da delinquência winnicottiana tem como palco a escola, pois o reflexo de um lar que não é suficientemente bom para Donald Woods Winnicott tem como consequência a delinquência e os atos antissociais. Um adolescente delinquente no ambiente escolar é o ser estigmatizado, o agressor, geralmente o aluno problemático que propaga a violência, com desempenho escolar abaixo da média dentre outras consequências.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- ARENDT, Hanna. **Da Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 15ª edição, 2022.
- ASSIS, Simone Gonçalves (org.). **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.
- CLARO, Luzia Jusciliane. Contribuições winnicottianas para as práticas sociais – um olhar para liberdade assistida. Dissertação de Mestrado, **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. São Paulo, 2010, 158 p.
- D’ADDARIO, Miguel. **Bullying na Escola: assédio e intimidação em sala de aula**. Bologna-Itália: Babelcube, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Organização e Tradução, Roberto Machado. 22ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 2006.
- FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FROMM, Erich. **Anatomia da destrutividade humana**. Rio de Janeiro Zahar, 1979
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2004.
- JUSTO, José Sterza; BUCHIANERI, Luiz Guilherme Coelho. **A constituição da tendência antissocial segundo Winnicott: desafios teóricos e clínicos**. Revista de Psicologia da UNESP 9(2), 115-127, 2010.
- LEVISKY, David Leo. Privação e delinquência: caminhos e descaminhos da esperança. Uma contribuição psicanalítica para os políticos e cidadãos brasileiros. **Ide São Paulo**, 39 [63] AGOSTO 2017
- LYRA, José Francisco Dias da Costa. **A face invisível da violência institucional e dos mecanismos de pacificação de conflitos no âmbito da Escola**. São Paulo: Dialética, 2022.
- MATTOS, CLG., and COELHO, MIM. **Violência na escola: reconstruindo e revisitando trajetórias e imagens de pesquisas produzidas por no Núcleo**

de Etnografia em Educação entre 1992 e 2007. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 195-219. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books.

MENDES, Eva Cristina de Carvalho Souza. **Competência em leitura:** interface entre contextos psicossocial, familiar e escolar. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015.

OLIVEIRA, Bruna Santana de et al. **A violência simbólica no contexto escolar: a transformação da sala de aula em um tribunal de exclusões nos veredictos do juízo professoral.** Revista Científica da FASETE, 2017, vol.3, 100-114.

ONOKO-CAMPOS R. Juvenile anti-social behavior as deprivation consequence: Winnicottian clinical contributions for public policies. **Interface (Botucatu)**. 2018; 22(67):1091-8.

PAIVA, Rosa Lucia Soares et al. Violência, delinquência e tendência antissocial. Sobre a experiência de um atendimento a crianças vítimas da violência em uma favela do Rio de Janeiro. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 891-915, 2015.

Agência Brasileira ISBN
ISBN: 978-65-982213-1-7